



Faculdade de Comunicação

Comunicação Social – Jornalismo

A Imprensa negra e as Comissões de Jornalistas pela Igualdade Racial

O combate ao racismo nos meios de comunicação

JULLIANA LOPES BENTO XAVIER

09/98435

**PROFESSOR ORIENTADOR:
GUSTAVO DE CASTRO**

Brasília/DF, dezembro de 2013.

Faculdade de Comunicação

Comunicação Social – Jornalismo

A Imprensa negra e as Comissões de Jornalistas pela Igualdade Racial

O combate ao racismo nos meios de comunicação

JULLIANA LOPES BENTO XAVIER

09/98435

Monografia apresentada como um dos requisitos
para conclusão do curso de Comunicação Social
da Universidade de Brasília - UnB

Professor Orientador: Gustavo de Castro

Brasília/DF, dezembro de 2013

Dez/2013

XAVIER, Julliana Lopes Bento

A Imprensa negra e as Comissões de Jornalistas pela Igualdade Racial: o combate ao racismo nos meios de comunicação

Orientação: Gustavo de Castro

95 páginas

Projeto Final em Jornalismo – Departamento de Jornalismo – Faculdade de Comunicação – Universidade de Brasília.

Brasília, 2013

1. imprensa negra, cojiras, indentidade racial

JULLIANA LOPES BENTO XAVIER

**A Imprensa negra e as Comissões de Jornalistas pela
Igualdade Racial: o combate ao racismo nos meios de
comunicação**

Monografia apresentada como um dos requisitos
para conclusão do curso de Comunicação Social
da Universidade de Brasília - UnB

Professor Orientador: Gustavo de Castro

Banca examinadora:

Prof. Dr. Gustavo de Castro
Orientador

Prof. Dr. Tiago Quiroga
Examinador

Juliana Cezar Nunes
Examinadora

Brasília/DF, dezembro de 2013.

À minha família.

Que ousou sonhar e lutar para que eu
fosse a primeira filha a conquistar um
espaço dentro dessa Universidade.

Agradecimentos

Posso afirmar, sem medo, que foram muitos os responsáveis pela elaboração desse trabalho. Nesse espaço, gostaria de agradecer imensamente àqueles que fizeram parte da construção da minha identidade e consciência negra, possibilitando a escrita dessas páginas. Não citarei todos os nomes para que ninguém seja esquecido, mas estão todos presentes nas linhas e nas reflexões aqui presentes.

Aos educadores da Universidade de Brasília, de várias áreas do conhecimento, que me apresentaram autores, obras e os debates presentes nessa pesquisa. Em especial, Dione Moura, que iluminou o caminho a ser percorrido no tema pesquisado e Gustavo de Castro que me encorajou e aceitou caminhar comigo.

Aos militantes, pensadores e pensadoras, feministas, coletivos, entidades que compartilharam comigo histórias de vida e me convidaram à luta. Em especial, a Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do DF e os membros que se dispuseram a serem pesquisados.

Às entrevistadas Jacira Silva e Kelly Quirino e ao entrevistado Sionei Ricardo Leão, que me receberam muito carinhosamente em seus espaços de trabalho e de lazer para partilharem comigo suas histórias e ideologias. Às amigas Daniela Silva e Aida Feitosa, que não estão nas entrevistas, mas foram essenciais na minha aproximação com a Cojira DF. Ao amigo Carlos Scaldaferri que me presenteou com duas obras importantíssimas para a construção desse trabalho.

E aos amigos e familiares que me apoiaram com palavras e gestos de carinho que foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

*Encontrei minhas origens
em velhos arquivos
livros
encontrei
em malditos objetos
troncos e grilhetas
encontrei minhas origens
no leste
no mar em imundos tumbeiros
encontrei
em doces palavras
cantos
em furiosos tambores
ritos
encontrei minhas origens
na cor de minha pele
nos lanhos de minha alma
em mim
em minha gente escura
em meus heróis altivos
encontrei
encontrei-as enfim
me encontrei.*

RESUMO

Essa pesquisa se dedica a investigar a atuação de comunicadores negros no combate à discriminação racial na imprensa brasileira. Compreende, principalmente, a existência de uma imprensa negra no período pós-abolicionista e a organização de comissões de jornalistas negros dentro do sindicalismo. Nesse sentido, as discussões aqui presentes buscam entender a organização do movimento negro dentro da área da comunicação e a sua relação com a imprensa ao longo dos anos. Mais do que uma reprodutora de conteúdos, a mídia é aqui analisada como construtora das representações sociais do povo negro. Também entram em questão os aspectos da comunicação que contribuem diretamente para a formação de uma sociedade que não consegue reconhecer sua identidade racial.

Palavras-chave: imprensa negra, cojiras, identidade racial, mídia, racismo.

ABSTRACT

This research aims to investigate the performance of black communicators in combating racial discrimination in the Brazilian press. It mainly comprises the existence of a black press in the post abolitionist period and the presence of organized groups of black journalists within the union movement. In this sense, the discussions presented here seek to understand the organization of the black movement in the field of communication and its relationship with the press over the years. More than a transmitter of media content, the media is here analyzed as a builder of social representations of the black people. This paper also comprehends some communicational aspects that directly contribute to create a society that fails to recognize its racial identity.

Keywords: black press, cojiras, racial identity, media, racism

LISTA DE FIGURAS

IMAGEM 1 - Jornal O Exemplo	32
IMAGEM 2 - Jornal A voz da raça.....	35
IMAGEM 3 - Jornal Quilombo	38

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
I. PANORAMA TEÓRICO E METODOLÓGICO	19
1.1 CONCEITO DE RAÇA.....	19
1.2 RELAÇÕES RACIAIS E RACISMO	21
1.3 IDENTIDADE RACIAL BRASILEIRA	23
II. IMPRENSA NEGRA	25
2.1 O EXEMPLO.....	31
2.2 A VOZ DA RAÇA.....	34
2.3 QUILOMBO.....	35
III. O MOVIMENTO NEGRO E O SINDICALISMO.....	40
3.1 AS COMISSÕES DE JORNALISTAS PELA IGUALDADE RACIAL E NÚCLEOS DE JORNALISTAS AFRODESCENDENTES	43
3.2 HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DAS COJIRAS	46
3.2.1 COJIRA SP.....	46
3.2.2 NÚCLEO DE JORNALISTAS AFROBRASILEIROS RS	47
3.2.3 COJIRA RJ	50
3.2.4 COJIRA AL	51
3.2.5 COJIRA BA.....	54
3.2.6 COJIRA PB.....	55
3.2.7 COJIRA DF.....	56
IV. LUTAS CONTEMPORÂNEAS	60
4.1 A MILITÂNCIA NA COMUNICAÇÃO.....	61
4.2 QUESTÕES RACIAIS NO CENÁRIO POLÍTICO ATUAL	64
4.3 REDISCUTINDO AS PROPOSTAS DA COJIRA DF	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS.....	73
APÊNDICE	76

Introdução

Não há dúvidas de que a mídia - utilizando o termo mídia num sentido que compreenda principalmente a produção cultural de massa e a imprensa nacional - encontra-se no meio do processo de construção de representações sociais. Como agente produtora de discursos, possui grande responsabilidade na reprodução dos elementos que constroem a identidade nacional e a identidade negra. A reprodução de visões estereotipadas de homens e mulheres, negros e negras, e a valorização dos aspectos que identificam a cultura do branco como dominante, contribuem diretamente para a formação de uma sociedade racista e intolerante. Apesar de se constatar, hoje, uma maior presença do negro nos meios de comunicação, Sueli Carneiro, no artigo *Mulheres em Movimento*, pondera que ainda não se trata de uma representação real, mas de uma visão ainda carregada de preconceitos subliminares no que diz respeito à presença da mulher negra na mídia.

Embora proceda sob certos aspectos, consideramos que essa afirmativa possui uma conotação capciosa e perversa, que encobre as manobras de padrão já estabelecidas pela mídia e que são encobertas por uma possível correlação com a realidade. Esperamos que a mulher negra seja representada levando-se em conta o espectro de funções e as habilidades que ela pode exercer, mesmo em condições econômicas adversas.

CARNEIRO, 2003, P.125

O Brasil é a primeira nação do mundo em população afrodescendente fora do continente africano. Números do Censo 2010, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), revelam que no Brasil 97 milhões de pessoas se autodeclaram pretas ou pardas e 91 milhões, brancas. Como resultado, a taxa de crescimento da população negra na última década

foi de 2,5% ao ano e a da branca aproximou-se de zero. Uma pesquisa¹ realizada em 2006 pelo cineasta Joel Zito mostrou que mesmo nas TVs públicas, 82% da programação não apresenta programas com a temática racial; apenas 6% dos apresentadores são negros; e 93% dos jornalistas são brancos. Diante dos números apresentados, há de se questionar a invisibilidade das questões raciais na agenda de pautas da imprensa brasileira e a baixa quantidade de negras e negros dentro das redações.

O jornalista e coordenador da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial de São Paulo, Flávio Carrança, considera o baixo número de jornalistas nas redações brasileiras como um fator determinante para compreender a cobertura das questões raciais pela imprensa. Pesquisa² realizada em 2012 pela Federação Nacional dos Jornalistas, confirmou que, num universo de 2.731 profissionais de todo o país, o percentual dos que se auto-declararam pretos ou pardos, nesse ano, foi de apenas 23 por cento. No entender de CARRANÇA (2004), somente esse número não é suficiente para entender quais são as barreiras que impedem o acesso do grupo negro à profissão. Além da quantidade de jornalistas negros, é preciso saber quais são as posições ocupadas, qual é o nível de remuneração e as condições de

¹ Em parceria com a Fundação Cultural Palmares, o cineasta e pesquisador Joel Zito Araújo coordenou, em 2007, a pesquisa *Onde está o negro na TV Pública?* A partir da análise da presença da cultura negra na grade de programação de três das principais redes de televisão pública do país – a TVE Brasil, TV Cultura SP e TV Nacional. O resultado está disponível em <http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/pesqtv.pdf>, Acesso em 5 de agosto de 2013.

² Divulgada em 2013, a pesquisa *Quem é o jornalista brasileiro* foi realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, em convênio com a Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ. Os dados foram coletados por telefone e e-mail, entre 25 de setembro e 18 de novembro de 2012 e os resultados estão disponíveis em http://www.fenaj.org.br/reinstitu/pesquisa_perfil_jornalista_brasileiro.pdf, Acesso em 1 de novembro de 2013.

mobilidade profissional nessa área além dos números que refletem também a baixa presença desse grupo étnico nas faculdades de jornalismo do país. Mesmo assim, ainda é possível afirmar que “a cobertura de interesse de grupos discriminados está relacionada à presença de profissionais desses grupos dentro das empresas de comunicação” (CARRANÇA, 2004). Nesse sentido, a maior presença de profissionais negros no mercado de trabalho do jornalismo poderia evitar a invisibilidade das questões raciais, ou manifestação de preconceitos e presença de estereótipos na cobertura jornalística, mesmo “os profissionais negros não estando livres de reproduzir as distorções apontadas” (CARRANÇA, 2004).

Uma imprensa que difunde visões estereotipadas sobre o negro (as) brasileiro (a) ou limita ao máximo a sua presença nos veículos de comunicação, apresenta à sociedade brasileira um perfil distorcido de sua população e de sua própria identidade nacional. Constrói grandes obstáculos na luta pelo reconhecimento da identidade racial brasileira e a legitimação social dos diferentes interesses e demandas. Estimula a formação de uma sociedade que não reconhece as raízes negras de sua estrutura cultural e assim, tem uma visão deturpada de sua identidade nacional.

O sociólogo John B. Thompson, na obra *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa* (1995), afirma que a mídia ocupa papel central na sustentação de pautas que mediam o discurso público. Nesse sentido, as formas simbólicas que são criadas por essa mídia, estão integradas na realidade social e são capazes de formar, criar e manter relações de dominação. Teun A. van Dijk, na obra *Cognição, discurso e interação*, acredita que é ainda mais acentuada a importância da existência

uma imprensa que leve em consideração as questões étnicas, se levarmos em consideração o papel da mídia na difusão de discursos sociais que produzem e reproduzem o preconceito e o racismo:

O discurso atua nos níveis micro e macro, assim como nos registros da interação e da cognição. A mídia funciona no nível macro como um gênero discursivo capaz de catalisar expressões políticas e institucionais sobre as relações inter-raciais, em geral estruturadas por uma tradição intelectual elitista que, de uma maneira ou outra, legitimam a desigualdade social pela cor da pele.

DIJK, 1992, P.21

Em 2000 se iniciou um novo modo de atuação dos jornalistas negros para a inserção da questão racial na mídia. As Comissões de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojiras), estão presentes em sete estados e no Distrito Federal. Todas ligadas aos sindicatos regionais de jornalistas. Têm como princípio atuar, através de campanhas, monitoramento da mídia e capacitação de profissionais, em defesa de um mercado de trabalho menos excludente e de um jornalismo que abranja eticamente as questões étnico raciais. A Cojira do Distrito Federal completou seis anos em 2013 e atualmente tem quinze integrantes, todos jornalistas. A partir da reflexão dos porquês da insignificante presença de jornalistas negros, tanto nas redações como nas pautas dos jornais brasileiros, considerando a atuação do movimento negro na imprensa desde antes da abolição da escravatura, a intenção deste projeto é analisar o protagonismo e a luta desses grupos por uma comunicação que respeite a diversidade e combata o racismo.

Naturalmente, a consciência da desigualdade racial vivida no Brasil sempre esteve presente em minha vida, no convívio familiar, em minha ancestralidade. A luta racial não. Em mim, por muito tempo ela ficou calada. Presente, porém adormecida. Para mim, no cotidiano da profissão de jornalista

- ainda que nas primeiras experiências - o racismo se mostrou vivo, presente e perverso. Perverso nos estereótipos, na invisibilidade no povo negro, na desconsideração das questões raciais nas pautas. Perverso quando comecei o estágio em um telejornal local e me vi como a única negra dentro da redação. E depois de procurar compreender o racismo em diversos discursos, teóricos e militantes, abracei a luta racial como se fosse minha, sem me tocar de que na verdade, pela cor de minha pele, ela sempre me pertenceu.

Com o tema sugerido, procuro analisar o protagonismo de grupos negros que compreenderam que a resistência negra não tem seu fim na abolição e que o papel da imprensa é fundamental na produção e reprodução da identidade racial brasileira. A intenção é trazer, de alguma forma, essas ideias para dentro da faculdade de comunicação e inserir essa compreensão dentro do jornalismo, lembrando os profissionais da grande responsabilidade que lhes é dada junto ao diploma. E assim, contribuir na luta pelo fortalecimento de uma identidade negra com raízes verdadeiras já que, nas palavras do ativista jamaicano Marcus Garvey, “um homem sem identidade é uma árvore sem raízes”.

Minha pesquisa terá o procedimento de entrevistas abertas com três membros que se filiaram a Cojira DF em diferentes momentos da trajetória do grupo. As entrevistas servem para compreender as aspirações e experiências de vida que fizeram esses comunicadores se organizarem dentro de um coletivo que se apropria da comunicação para atuar, de diversas formas, no combate a discriminação racial, assim como fizeram os participantes da imprensa negra no pós-abolição.

Os entrevistados são:

- Jacira Silva, jornalista, ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas do DF, foi a primeira mulher negra a comandar a categoria local. Faz parte do Movimento Negro Unificado (MNU), do Coletivo de Articulação em Defesa das Cotas Raciais no Ensino Superior, do Fórum de Mulheres Negras do DF e do Fórum de Educação e Diversidade Étnico-Racial do DF.
- Kelly Quirino, jornalista, mestre em Comunicação Midiática pela UNESP e doutoranda no Programa de Pós Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília.
- Sionei Ricardo Leão, jornalista, assessor de imprensa na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Foi repórter de política do Jornal de Brasília. Lecionou jornalismo na Faculdade Estácio de Sá, Universidade Católica Dom Bosco, no Instituto de Ensino Superior de Brasília (IESB) e Unieuro. É o fundador da Cojira DF.

Nossa metodologia de pesquisa preferiu chamá-los pelos nomes verdadeiros, sem pseudônimos, por que assim foi acordado com os entrevistados. As perguntas dos questionários foram discutidas no sentido de entender o que levou os entrevistados a participar das atividades da Cojira DF, como eles enxergam a abordagem das questões raciais nos meios de comunicação no Brasil e quais são as aspirações dos membros para o futuro da comissão.

O questionário foi composto juntamente com o professor orientador e constitui nas seguintes perguntas, todas abertas, na nessa ordem:

1. Como você se interessou em participar da Cojira DF?
2. Das atividades que você participou, quais foram mais significantes?

3. Como você vê a abordagem das questões raciais na imprensa atual?
4. Quais são as críticas ao grupo?
5. O que pode ser rediscutido no futuro?

Optou-se por perguntas abertas por não possuírem categorias prefixadas de respostas. Dessa forma, o entrevistado pôde ter ampla liberdade para respondê-las, expressando suas opiniões da forma mais abrangente possível, relembrando fatos que fizeram parte da sua trajetória na Cojira. Perguntas fechadas poderiam restringir a amplitude do assunto a ser questionado. As perguntas abertas impuseram a essa pesquisa uma categorização interpretativa e subjetiva das respostas.

PANORAMA TEÓRICO E METODOLÓGICO

1.1 Conceito de raça

É importante situar os temas explorados nessa pesquisa a partir da definição de alguns termos que serão amplamente utilizados aqui. O primeiro deles é o termo “raça”. Em 1853 o pensador francês Joseph-Arthur de Gobineau (1816-1882) em seu *Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas* (1853-1855), separou a raça humana em subespécies de qualidades diferenciadas e defendeu a existência de uma raça superior. No início do século XX, o britânico Houston Stewart Chamberlain (1825-1927), difundiu na Alemanha, o mito da superioridade da raça ariana (PNUD, 2005), criando embasamento para a teoria pseudocientífica da raciologia, que se mascarou de ciência para legitimar a construção de um sistema social através da dominação racial (MUNANGA, 2003), como foi o caso do nazismo, na Segunda Guerra Mundial.

Anos depois, a biologia genética abandonou a separação dos humanos por raças a partir da compreensão de que “em quase todas as características humanas hereditárias estudadas pela ciência, observa-se que as diferenças entre indivíduos são mais relevantes que as diferenças entre populações” (CAVALLI, 1998). Mesmo com a compreensão de que essa divisão dos seres humanos não possui respaldo científico, a utilização do conceito no campo das ciências sociais é válido, se compreendido dentro de um contexto de construção social, e “devem ser estudadas por um ramo próprio da sociologia ou das ciências sociais, que trata das identidades sociais” (GUIMARÃES, 2003). Para o sociólogo Kabengele Munanga (2003):

Embora concordem com as conclusões da atual Biologia Humana sobre a inexistência científica da raça e a inoperacionalidade do próprio conceito, eles justificam o uso do conceito como realidade social e política, considerando a raça como uma construção sociológica e uma categoria social de dominação e de exclusão.

MUNANGA, 2000, P.5

Dessa forma, a classificação legitimada por argumentos pseudocientíficos ainda influencia a construção da sociedade brasileira atual. Na pirâmide social que hierarquiza os grupos humanos, o povo negro é base e o povo branco é topo.

No entender do sociólogo jamaicano Stuart Hall, a terminologia deve ser tratada como uma categoria discursiva, capaz de diferenciar um grupo social "organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferentes termos de características físicas – cor de pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc. - como marcas simbólicas" (HALL, 2006). Para a socióloga Liv Sovik, no debate sobre o racismo no Brasil “a diferença racial não tem fundamento biológico, mas a existência desse fundamento, mesmo fantasioso, está tão presente na sociedade que sua falta de embasamento científico acaba sendo irrelevante.” (SOVIK, 2008). No artigo *Relações Raciais em Perspectiva*, publicado na Revista Sociedade e Cultura da Universidade Federal de Goiás (2004), os sociólogos brasileiros Joaze Bernardino-Costa, Sales Augusto dos Santos e Valter Roberto Silvério afirmam que “somente o conceito de raça, como construção social, pode nomear e explicar alguns fenômenos relacionados às desigualdades sociorraciais e às chances de mobilidade diferenciada entre negros e brancos no Brasil.”.

Muniz Sodré de Araújo Cabral, em *Claros e Escuros, identidade, povo e mídia no Brasil* (1999), também defende que a cor da pele classifica o indivíduo em posições que vão além das diferenças fenotípicas e “em torno destas, mantêm-se privilégios de classe social, levantam-se barreiras imigratórias, legitimam-se discriminações alfandegárias, construíram-se e constroem-se identidades culturais e nacionais” (CABRAL, 1999). A história conflituosa da formação da sociedade brasileira vai além da formação de classes sociais distintas por sua condição material.

1.2 Relações Raciais e Racismo

No Brasil, as relações raciais e o racismo fazem parte da construção do país e de sua identidade nacional. Para o antropólogo social Juan Comas, o racismo é a dimensão mais pura da desigualdade social, e “envolve a assertiva de que a desigualdade é absoluta e incondicional, que uma raça é por sua própria natureza superior ou inferior a outras independentemente das condições físicas de seu habitat e fatores sociais” (COMAS, 1960).

Vivemos em um país marcado pelo racismo e pela exclusão dos negros desde as origens da sociedade colonial. Além disso, no imaginário brasileiro criou-se a ideia do “paraíso racial”, expressão presente no clássico *Casa Grande e Senzala* (1933) de Gilberto Freyre, que caracteriza o Brasil como um “país tropical, de clima agradável, onde catástrofes climáticas não acontecem e as pessoas convivem harmoniosamente, respeitando as diferenças étnico raciais.” Logo, um paraíso” (SILVA, 2009). Com o passar dos anos, a ideologia dominante determinou que no Brasil, principalmente pela intensificação da miscigenação através dos grandes fluxos migratórios europeus, se vive uma “democracia racial”. Esse discurso foi naturalizado e faz parte do senso comum

acreditar que no país da miscigenação não existem problemas nas relações raciais. Assim, todos os grupos são aceitos, independentemente da cor, religião ou cultura. Essa pesquisa parte do entendimento que essa falsa harmonia esconde o racismo e a discriminação raça, gênero, classe social e uma falsa consciência esclarecida do Brasil.

De acordo com José Murilo de Carvalho, foi a escravidão o fator mais negativo para construção e desenvolvimento do conceito de cidadania no Brasil. A escravidão e a grande propriedade não constituíam ambiente favorável para a formação de futuros cidadãos, já que “os escravos não tinham direitos civis básicos como o direito à integridade física – tendo em vista que podiam ser espancados –, à liberdade ou até mesmo à própria vida” (CARVALHO, 2003). Mesmo diante da existência uma parcela legalmente livre da população escrava, faltavam quase todas as condições para o exercício dos direitos civis, sobretudo a educação. Nesse ponto, é direta a relação entre o impedimento do acesso da população negra à educação e a condenação à sua condição de miséria.

Na dissertação *Racismo em Pauta, a pluralidade confrontada no noticiário da Folha de S. Paulo na década de 2000* (2011), Isabel Cristina Clavelin da Rosa relaciona enfrentamento ao racismo e o fortalecimento da identidade negra. Se de um lado a peculiaridade do racismo no Brasil torna difícil seu enfrentamento, por outro, também possibilitou num plano geral a criação de estratégias traçadas pelos grupos raciais e étnicos inseridos na condição de dominação e subalternidade. Eles ocupam uma posição para uma atitude de denuncia, discussão pública, afirmação de identidade e aproximação com o grupo racial dominante sem perder o seu tom reivindicatório crítico.

1.3 Identidade racial brasileira

Várias ideias estão agrupadas sob o termo “identidade”. Para CABRAL (1999), a identidade é de fato algo implícito em qualquer representação que fazemos de nós mesmos, determinada pelo lugar que ocupamos dentro de certo sistema de representações. Se esse sistema de representações é manipulado a ponto de contemplar apenas um grupo social, cria-se uma identidade nacional que não corresponde à realidade e que marginaliza alguns grupos sociais, especialmente o negro.

Sobre a identidade negra, alguns estudiosos defendem o fenômeno da “branquitude” como principal expoente na sustentação de uma identidade racial manipulada. Trata-se da utilização de traços da identidade racial do branco brasileiro a partir das ideias sobre branqueamento, como explica Maria Aparecida Silva Bento na obra *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil (2002)*:

Na descrição desse processo o branco pouco aparece, exceto como modelo universal de humanidade, alvo da inveja e do desejo dos outros grupos raciais não brancos e, portanto, encarados como não tão humanos. Considerando (ou quiçá inventando) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a autoestima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social.

BENTO, 2002, P.25

Para o povo negro, o fenômeno da branquitude é opressor. Refletindo sobre a influência da branquitude no (a) próprio (a) negro (a), Neusa Souza Santos, no livro *Tornar-se negro* (1983), afirma que “pela repressão ou persuasão, leva o sujeito negro a desejar, invejar e projetar um futuro

identificatório antagônico em relação à realidade de seu corpo e sua história étnica e pessoal.”.

Articulada entre o fim do século XIX e meados do século XX, a ideia de mestiçagem também é influenciadora na construção da identidade brasileira. Fundamentada, também, na ideia do embranquecimento, sua afirmação constrói, historicamente, mais um mecanismo que impede a aceitação da existência de uma identidade negra brasileira, “ao mesmo tempo em que se constitui em mecanismo estratégico que impede ascensão de negros e mestiços” (LIMA, 2008). Pode atuar de forma biológica - ao afirmar que a identidade racial não existe porque no Brasil se deu a miscigenação – e também cultural, apelando apenas para o sincretismo como principal forma de entender as manifestações culturais brasileiras. De uma forma ou de outra, esse pensamento contribui para a compreensão “de uma sociedade monoétnica e monocultural” que desconsidera vários aspectos, a influência da cultura proveniente da diáspora africana (LIMA, 2008).

Stuart Hall, autor de trabalhos importantes para a conceituação da identidade, lança um olhar para o futuro quando afirma que a identidade é mutável e transitória, reflexo de relações sociais, que podem ser racistas. Assim sendo:

As velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.

Hall, 2002, P.63

II

IMPrensa NEGRA

*A imprensa negra no Brasil há de surgir um dia,
grande na sua liberdade, poderosa na sua acção.*

O clarim d'alvorada (1928)

Os primeiros anos do século XX começaram com ares de novos tempos num Brasil que acabara de deixar para trás o seu passado monárquico e escravista. As produções das fábricas avançavam e a vida nas cidades ganhava paisagens industriais, acompanhando a velocidade e a pressa das novas máquinas. Quanto ao desenvolvimento da imprensa brasileira, alguns pesquisadores³ consideram que os anos finais do século XIX e os iniciais no século XX também foram fundamentais para história dos jornais. Nesse período, como relata LUCA (2008), a imprensa, ferramenta fundamental para difusão das informações nas novas cidades, também seguiu o processo de aceleração e começou a transformar suas redações de pequeno porte em grandes empresas jornalísticas, através da substituição da produção artesanal de impressos pelas máquinas modernas de composição mecânica. Como observa a pesquisadora, paralelamente ao crescimento das empresas jornalísticas emergentes, crescia também o público leitor, vindo principalmente

³ Diante da grande quantidade de pesquisadores que se dispuseram a analisar e catalogar a imprensa negra no Brasil, para esse trabalho foram escolhidas três referências principais: *A imprensa negra paulista (1915/1963)*, dissertação de Mirian Ferrara, apresentada na faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 1982; o livro *Imprensa Negra: a trajetória visível (2009)*, de Jorge Roberto Freitas e *De Pele Escura e Tinta Preta: a imprensa negra do século XIX*, dissertação de Ana Flávia Magalhães Pinto, apresentada no Programa de Pós Graduação da Faculdade de História da Universidade de Brasília, em 2006.

da classe média urbana que estava cada vez mais letrada por preocupação do governo republicano recém-instalado:

É preciso ter presente que o período em apreço foi marcado pelo final da escravidão, instauração do regime republicano e seu ideal de reformar o ensino e disseminar o letramento, prosperidade trazida pelo café, crescimento dos centros urbanos e do setor de serviços, com particular destaque para o Rio de Janeiro e São Paulo, extensão da malha.

LUCA , 2008, P.1

Nos anos que seguiram após a Abolição da Escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889), os ex-escravos e seus descendentes passaram pela marginalização no campo e o êxodo para os centros urbanos. Analfabetos e sem capacitação em sua maioria, não apresentaram os requisitos exigidos para sobrevivência das cidades. Foram recusados nos setores de serviços urbanos, nos comércios e nas profissões ligadas à administração pública, que tanto se expandiam nas áreas urbanas. Como aponta o jornalista Jorge Roberto Freitas no livro *Imprensa Negra: a trajetória visível* (2009), a partir desse momento da história do Brasil a comunidade afro descendente foi rejeitada para uma camada social inferior a dos imigrantes brancos:

Analfabeto e sem capacitação para mão de obra, o ex-escravo fica preso nos segmentos de serviços gerais e as oportunidades passam a ser dadas aos imigrantes que chegam ao país trazidos como política de Estado para embranquecer a maior população negra fora da África e, de quebra, entrar como mão de obra para a insipiente industrialização brasileira.

FREITAS, 2009, P.9

O historiador brasileiro Flávio Gomes, na análise do período pós-abolição, chama atenção para o fato de que, durante muito tempo, as discussões teóricas sobre as relações raciais no Brasil tinham ligação direta

com situação do negro no período pós-abolicionista. Isso deu ao racismo, mesmo o contemporâneo, caráter de herança histórica (GOMES, 2006). Todavia, enxergar a história do país apenas por esse lado acaba por desconsiderar a memória social das populações afrodescendentes e seu protagonismo. Nesse sentido, é fundamental também compreender historicamente o desenvolvimento da imprensa negra e da imprensa brasileira a partir das memórias e representações das próprias populações afrodescendentes. De acordo com as ideias da historiadora Maria Angélica Zubaran em sua pesquisa sobre a imprensa negra em Porto Alegre no período pós-abolição, esse olhar sob a história também é uma maneira de “abrir novas possibilidades para o estudo das identidades negras no Brasil” (ZUBARAN, 2006).

No contexto de exclusão político-econômica, pesquisadores identificam, no fim do século XIX e início do século XX, a circulação de uma imprensa negra no Brasil. Financiados e escritos predominantemente por grupos negros e letrados, esses jornais traziam informações de interesse dos descendentes de escravos, identificados “pela cor da pele escura e por outros elementos comuns da cultura e da situação do negro na sociedade de classes brasileira” (FREITAS, 2009). A chamada imprensa negra é aqui entendida como uma instância privilegiada para o exame do protagonismo dos grupos de afrodescendentes, que desde a abolição já se apropriaram dos meios de comunicação para denunciar a desigualdade social a que foram submetidos desde o período colonial. Os registros eram do modo de vida, dos valores, e da luta de homens e mulheres para assegurarem seus direitos como cidadãos e garantirem a existência individual e coletiva dos negros (as) brasileiros (as). No

entender de FREITAS (2009), essas publicações podem ser consideradas “instrumento para combater o racismo, o preconceito e a discriminação, e ao denunciar injustiças econômicas e sociais, exercem papel fundamental na luta ideológica antirracista”.

Passam pela história da imprensa negra brasileira as divulgações de casamentos em formas de folhetins, as convocações para atos públicos do Movimento Negro Unificado (MNU) e também os artigos mais elaborados que denunciavam a discriminação racial no país a partir dos estudos sociológicos e filosóficos sobre o colonialismo, realizados pelos (as) próprios (as) negros (as). Em meio a estudos e discursos de cientistas e antropólogos⁴ que classificavam negativamente o afrodescendente na participação do processo educacional no Brasil, textos que refletiam um esforço de integração social continuaram sendo produzidos. Continham artigos sobre a equiparação aos padrões sociais dos não negros e a valorização da educação como forma de ascensão social. Em *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no fim do século XIX*, a antropóloga Lília Moritz Schwarcz faz uma análise da imprensa negra no período pós-abolição:

Quando o negro ganha direito à cidadania, as notícias e os discursos sobre ele parecem ganhar novas características: se por um lado tornam-se menos frequentes, por outro assumem mais claramente um caráter exemplar e selecionado.

Schwarcz, 1987, P.224

⁴ O racismo científico difundiu-se no Brasil após a década de 1870, por meio de autores como Nina Rodrigues, Oliveira Vianna, Euclides da Cunha, Sílvio Romero e João Batista de Lacerda. As pesquisas apresentadas nas áreas da biologia ou da antropologia desenvolveram a concepção da “raça” como sendo a responsável pelas diferenças físicas e visíveis entre grupos humanos. Essa ideia influenciou a intelectualidade e os políticos até a terceira década do século 20, e ainda hoje permeia o imaginário social político e cultural do país.

É importante ressaltar que - entre folhetins e periódicos - inúmeros são os títulos da imprensa negra que já foram identificados por historiadores e pesquisadores da comunicação. São Paulo, o estado mais rico do país, é o que conta com o maior número de publicações da imprensa negra. O conhecimento que se tem hoje da riqueza da imprensa negra paulista é consequência do trabalho de importantes pesquisadores que, desde a década de 1970 se empenham em levantar, periodizar e analisar os jornais produzidos pelos grupos negros desde a abolição. De acordo com FREITAS (2009), a primeira periodização da imprensa negra de São Paulo surge na pesquisa de Roger Bastide (1973), que considera a divisão dos títulos em duas fases: de 1915 a 1930 e de 1930 a 1937. Miriam Nicolau Ferrara (1982) já estabelece uma periodização mais abrangente para as publicações paulistas, com a primeira fase nos anos de 1915 a 1923 e a segunda nos anos de 1924 a 1937, de acordo com o seguinte levantamento:

A PÁTRIA	1889	Fundado pelo tipógrafo abolicionista Ignácio Araújo Lima.
O PROPUGNADOR	1907	Fundado na cidade de São Paulo.
A PÉROLA	1911 - 1916	Fundado na cidade de São Paulo por Benedito Prestes, funcionário da Cia. de Gás.
O MENELICK	1915 - 1916	Fundado pelo poeta Deocleciano Nascimento (na época, fundidor e estudante do curso noturno de contabilidade do Liceu Salesiano); título em homenagem ao rei etíope Menelick II, líder no processo de independência da Etiópia.
BINÓCULO	1915	Fundado por um grupo de rapazes da Barra Funda, era chefiado por Teófilo de Camargo, alfaiate.
A PRINCESA DO OESTE	1915	Veiculavam-se críticas à moral e comportamentos sociais da comunidade negra paulistana.
A RUA	1916	Jornal que foi lançado no bairro do Brás por Domingos José Fernandes
O XAUTER	1916	Fundado por Deoclecio Mine; em suas folhas veiculava-se notas sociais, crônicas e críticas a comportamentos, seu título significa guia dos caminhantes nos areais da Arábia deserta.
O ALFINETE	1918 - 1921	Fundado por Augusto Euzébio de Oliveira, solicitador;

		publicava fofocas, mexericos e críticas aos “desvios” de comportamento.
O BANDEIRANTE	1918 - 1919	Fundado por Antonio dos Santos e Joaquim Cambará (militar do Exército), entre outros.
A LIBERDADE	1919 - 1920	Fundado por Gastão R. da Silva, fiscal municipal.
A SENTINELA	1920	Dirigido por Ernesto A. Balthasar.
O KOSMOS	1922 - 1925	Dirigido por Frederico Batista de Souza, bedel e depois amanuense da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, periódico de associação homônima, Publicava notícias e ensaios literários de escritores negros.
ELITE	1923 - 1924	Fundado por Alfredo E. da Silva, funcionário da Recebedoria de Rendas; caracterizou-se pelo hermetismo do grupo de escritores e de seu clube recreativo, promoviam bailes, piqueniques e viagens.
A PRINCESA DO NORTE	1924	Editado por Antonio Silva
O CLARIM DA ALVORADA	1924 - 1940	Fundado por Jaime de Aguiar, funcionário público estadual, e José Correia Leite, escritor autodidata, que trabalhava em “serviços de drogaria ou depósito de artigos farmacêuticos”; congregou número importante de militantes e intelectuais do meio negro.
NOSSO JORNAL	1924	Fundado por Teófilo Camargo e Cornélio Aires.
AURIVERDE	1927 - 1928	Fundado na Capital por João Augusto de Campos
TRIBUNA NEGRA	1928	Fundado na cidade de São Paulo.
PROGRESSO	1928 - 1932	Fundado por Argentino Celso Wanderley, funcionário da Cia. Telefônica; originou-se da cooperação para comemorar o centenário de morte de Luis Gama.
QUILOMBO	1929	Fundado por Augusto Euzébio de Oliveira
CHIBATA	1932	Fundado por José Correia Leite para criticar a Frente Negra Brasileira, tivera apenas duas edições.
A VOZ DA RAÇA	1933 - 1937	Periódico da Frente Negra Brasileira, fundado em São Paulo, dispunha de um corpo fixo de colaboradores e aceitava a colaboração de voluntários – brancos ou negros – desde que se alinhassem à linha de atuação do periódico.

Para elucidar a imprensa negra, iniciada no período pós-abolição, para este trabalho foram escolhido três títulos de periódicos publicados em períodos diferentes da história. A escolha dos títulos feita levando em consideração o período de circulação, para que fosse possível identificar as diferenças nas reivindicações, ideologias e anseios presentes nessas publicações no decorrer

dos anos. Assim, o primeiro periódico analisado é o *O Exemplo*, um dos primeiros folhetins produzidos por um grupo negro no Brasil após a abolição. O segundo é “*A voz da Raça*”, escolhido por apresentar uma estrutura mais elaborada e representa os anseios de uma importante organização política negra que atuava no combate ao racismo, o partido Frente Negra Brasileira⁵. O último jornal apresentado é *Quilombo*, produzido por intelectuais negros e brancos da década de 1950, fundamentado nas reflexões sobre as questões raciais no cenário político e cultural na época.

2.1 O Exemplo (1892 – 1930)

“Os homens atirados á nute da ignorância, não encontrando melhores diversões que nas tavernas e os bordeus a ellas se entregam, não podendo embriagar-se nos encantos que as sciencias guardam em seus arcanos, procuram a embriaguez no álcool; não tendo noção de dignidade que não seja a repulsa da insulto pela força bruta, lá, vêm um dia em que tentam o homicídio e mesmo o cousumam; sem protecção, sem trabalho, muitas vezes, e sempre sem mais do que strictamente necessário para não morrer de fome.”

O Exemplo, 1925

Em 1892 *O Exemplo* começou a circular em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Na pesquisa *De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833 – 1899)*, Ana Flávia Magalhães utiliza o registro do artigo de abertura da primeira publicação do pequeno jornal, que diz muito sobre os objetivos daquele grupo de homens e mulheres negros, que sabiam ler e se propuseram a escrever sobre as adversidades enfrentadas pelo grupo negro naquele período:

⁵ A Frente Negra Brasileira (FNB) foi fundada em 16 de setembro de 1931 e durou até 1937, tornando-se partido político em 1936. É considerada por muitos estudiosos do movimento negro a mais importante entidade de afrodescendentes na primeira metade do século, no campo sociopolítico do país.

Devemos mostrar à sociedade que também temos um cérebro que se desenvolve segundo o grão de estudo a que o sujeitemos, por consequência, que também nos podemos alistar nas cruzadas empreendidas pela inteligência, muito embora algum estulto nos queira acoimar, ou seja, porque desconheça as nossas legítimas aspirações, ou seja porque faça parte dos doutrinários que julgam o homem pela cor da epiderme

Edição de *O Exemplo*, PINTO, 2006, P.156.

Vários eram os temas abordados nas páginas de *O Exemplo*. Como coloca FREITAS (2009), esses cidadãos além de letrados eram esclarecidos sobre as regras para convivência em sociedade, sobre os trabalhos nos



(IMAGEM 1 – O EXEMPLO) ⁶

⁶ Edição número 36, de 29 de novembro de 1925, exemplar do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Porto Alegre, disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:O_Exemplo_tres_fases_1893-1902-1925.jpg)

[O_Exemplo_tres_fases_1893-1902-1925.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:O_Exemplo_tres_fases_1893-1902-1925.jpg). Acesso em 1 de novembro de 2013.

comércios, fábricas e construções e sobre a importância da educação para a formação e afirmação dos negros e negras na cidade de Porto Alegre. Dessa forma, é possível encontrar nessas publicações, colunas escritas para orientação e incentivo aos estudos e ao comportamento considerado adequado pela elite, como pode ser observado, na escrita do trecho retirado do jornal para a abertura desse capítulo.

Nos artigos do jornal, os redatores também criticavam as decisões políticas da República, como pode ser visto na imagem do trigésimo sexto exemplar, de 29 de novembro de 1925, que traz uma coluna crítica sobre a obrigatoriedade do voto secreto. O historiador José Antônio dos Santos, em sua tese de doutorado *Prisioneiros da história: Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional* (2011) lembra que a fundação desses jornais constituía um canal informal de intervenção social e também política. Dessa forma, ao longo da existência do periódico, muitos redatores sofreram as influências hora abolicionistas, hora republicanas. SANTOS (2011) afirma que a maioria dos fundadores de *O Exemplo* fez a opção política e a reverência necessárias aos grandes chefes republicanos, “era parte da troca de favores que vinha recompensada com o pagamento da publicação e circulação do jornal nos meios comerciais da cidade”.

Outra característica observada pelo historiador, diz respeito à maneira como cada articulista expunha as questões raciais no textos de *O Exemplo*. O racismo brasileiro era criticado em graus diferenciados conforme a experiência e a trajetória pessoal de cada um e “aqueles que haviam vivido mais tempo sob o regime escravista e os que eram fenotipicamente considerados mais escuros,

tinham maior inclinação para divulgar e se manifestar de forma contrária aos acontecimentos que envolviam os chamados preconceitos de cores” (SANTOS 2011).

2.2 A voz da Raça (1933-1937)

“Este jornal aparece na hora em que precisamos tornar público, nos dias de hoje, de amanhã e de sempre, os interesses e comunhão de ideias da raça, porque as outras folhas, aliás veterenas, por despeitos políticos, tem deixado de os fazer: porém isso não tem importância: diz o ditado que “a dor ensina a gemer”...!”

A voz da Raça, 1935.

A historiografia aponta o jornal A Voz da Raça como dos mais importantes e significativos no meio negro, tanto pela sua longevidade, como pela sua estrutura e organização. Fundado em 1933, circulou até 1937, totalizando 70 edições (LIMA, 2009). Porta voz da Frente Negra Brasileira (1931-1937) - principal coletivo do meio negro na primeira metade do século XX - esse periódico obteve considerável prestígio político social na época, o que lhe garantiu determinada solidez, ausente entre outras publicações da imprensa negra do mesmo período. O periódico da Frente Negra Brasileira, fundado em São Paulo, dispunha de um corpo fixo de colaboradores e aceitava a colaboração de voluntários – brancos ou negros – desde que se alinhassem linha de atuação das publicações.

Em suas páginas, o jornal *A Voz da Raça* se esforçou para estimular a coletividade negra em prol de um projeto de inclusão. A intenção utilizar a valorização étnica e a memória - sob a ótica do protagonismo negro – para a história do Brasil e as relações raciais no Brasil. Como pode ser observado no trecho acima, retirado do jornal, essa publicação já apresentava críticas à

imprensa tradicional que desconsidera as questões étnico raciais e a desigualdade social vivida no país.



(IMAGEM 2 – A VOZ DA RAÇA)⁷

2.3 Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro (1948-1950).

Após a derrota do Estado Novo e concretização do regime de direito (1945), a consolidação da Constituinte, em 1946 retoma o princípio da democracia como principal arma de reivindicação social e luta política. O *Quilombo* circulou no Rio de Janeiro entre dezembro de 1948 e julho de 1950.

⁷ Documento catalogado no Arquivo Público do Estado de São Paulo, disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/jornais/VY19330318.pdf>. Acesso em 18 de novembro de 2013

Retratou o que foi o ambiente político e cultural de mobilização antirracista brasileira. Em 2003, as edições foram lançadas no formato fac-símile.

O jornal foi criado pelo jornalista, ativista e ex-senador da República, Abdias Nascimento como publicação das ideias e propostas culturais desenvolvidas no Teatro Experimental do Negro⁸. Tinha como proposta conscientizar a população brasileira sobre a vida, os problemas e as aspirações dos negros no Brasil, no início da democracia contemporânea. Diferente da maioria dos jornais da imprensa negra, o *Quilombo* congregava intelectuais negros e brancos, entre eles Aguinaldo Camargo, Guerreiro Ramos, Ironides Rodrigues, Rodrigues Alves, Raquel de Queiroz, Gilberto Freyre, Carlos Drummond de Andrade. Outra diferença do *Quilombo* para os outros informativos estava na tentativa de relacionar a cultura brasileira com a internacional, como ressalta Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, citado por FREITAS (2009):

De fato, à maneira dos melhores jornais americanos ou franceses da época, o *Quilombo* congregava num mesmo espaço político e cultural, intelectuais negros, que emprestavam sua grandeza para a construção do pós-racismo brasileiro.

FREITAS, 2009, P.28

Na edição fac-símile do jornal é possível encontrar os princípios que nortearam todas as publicações:

⁸ Criado em 13 de outubro de 1944, o TEN nasceu com o apoio de várias pessoas, entre elas o advogado Aguinaldo de Oliveira Camargo, o então estudante de Direito Ironides Rodrigues, o pintor Wilson Tibério, o funcionário público Teodorico dos Santos e o contador José Herbel. Mais do que encenar peças, o TEN marcaria a vida cultural e política do país. A primeira peça encenada pelo TEN foi *O Imperador Jones* de Eugene O'Neill, ganhador do prêmio Nobel de literatura, em 1936 que abriu mão dos direitos autorais para a produção do espetáculo no Brasil.

1 – Colaborar na formação da consciência de que não existem raças superiores nem servidão natural, conforme nos ensina a teologia, a filosofia e as ciências.

2- Esclarecer ao negro de que a escravidão significa um fenômeno histórico completamente superado, não devendo, por isso, constituir motivo para ódios ou ressentimentos e nem para inibições motivadas pela cor da epiderme que lhe recorda o passado ignominioso;

3- Lutar para que, enquanto não for tomado gratuito o ensino em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive militares;

4- Combater os preconceitos de cor e de raça e as discriminações que por esses motivos se praticam, atentando para contra civilização, as leis e a nossa constituição;

5- Pleitear para que seja previsto e definido o crime da discriminação racial e de cor em nossos códigos, tal como se fez alguns estados de Norte-América e na Constituição cubana de 1940.

QUILOMBO, 2003, P.49

A atuação da militância de intelectuais ligados ao Movimento Negro, como Abdias do Nascimento, levou, portanto, a uma problematização e ressignificação da identidade brasileira. Nos textos de *Quilombo*, é possível enxergar a inserção de novos temas e questões às discussões raciais, como por exemplo, a aceitação da influência cultura africana como sendo nas bases da cultura brasileira. Essa ressignificação da identidade vai influenciar as ideias e objetivos iniciais do Movimento Negro Unificado, em 1970.

(IMAGEM 3 – O QUILOMBO)⁹

A imprensa negra continuou se desenvolvendo mesmo durante o golpe militar de 1963, mas voltou a se apresentar de forma mais consolidada a partir da década de 80, refletindo “em geral as linhas ideológicas e emocionais do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNU)”, que pretendia desmoronar o mito da democracia racial brasileira” (Sodré, 1999). Os discursos do movimento se enriquecem à medida que entram na pauta das reivindicações o resgate pelos valores africanos e o estudo, dentro das universidades, dos cultos, costumes e jogos afro-brasileiros.

Do seu surgimento até os dias de hoje esses veículos feitos por negros têm trazido para a sociedade brasileira relevante contribuição. Além dos

⁹ *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro*. Rio de Janeiro, 09 de dezembro de 1948. Disponível em <http://ipeafro.org.br/home/br/acervo-digital/24/51/925/jornalquilombon1>, Acesso em 1 novembro de 2013.

jornais, na contemporaneidade, a imprensa negra também se desenvolve em revisas e sites de internet, conforme destaca FREITAS (2009). E apesar da produção em cenários políticos diferentes, em curtos ou longos espaços de tempo, a finalidade dessa imprensa ainda é “enaltecer e garantir que se repita a experiência a experiência negra no Brasil, mantendo-se como fundamento a busca pela igualdade, o fortalecimento da identidade do negro e a busca pela construção de uma sociedade mais justa” (FREITAS, 2009).

III

O MOVIMENTO NEGRO E O SINDICALISMO

Nos últimos anos, o movimento social negro¹⁰ tem se mobilizado na tentativa de promover as discussões sobre a relação entre mídia e racismo no Brasil, principalmente nos espaços para além das paredes acadêmicas. Grupos de jornalistas brasileiros (as) negros (as) encontraram dentro dos sindicatos ambiente favorável para realização de atividades e discussões a respeito da promoção da igualdade racial na profissão. No artigo *Combate ao racismo nos meio de comunicação*, o jornalista e coordenador da Cojira SP, Flávio Carrança, afirma que mesmo sendo considerados como espaços de lutas trabalhistas “os sindicatos de jornalistas brasileiros passaram muitos anos se preocupando apenas com as questões salariais, condições de trabalho e o exercício ilegal da profissão.” (CARRANÇA, 2012). As entidades ignoravam os problemas relacionados à discriminação pela cor da pele, que prejudicam o acesso ao mercado de trabalho e a mobilidade profissional dos (as) jornalistas negros (as).

De forma geral, o discurso de combate ao racismo demorou a ganhar voz dentro do sindicalismo brasileiro, reflexo de “correntes, grupos ou tendências organizadas no movimento sindical (comunistas, trotskistas, anarquistas, socialistas) que pensavam nos trabalhadores brasileiros como homens brancos e europeus” (CARRANÇA, 2012). A concepção de uma sociedade brasileira homogênea - formada por grupos sociais igualitários e,

¹⁰ A expressão movimento negro, nesta pesquisa, refere-se ao conjunto de organizações dedicadas a defender e a promover os direitos de mulheres e homens negros, no contexto da luta antirracista. Usaremos no sentido mais amplo, que compreenda as entidades, organizações não governamentais e grupos culturais que, mesmo em suas multiplicidades e heterogeneidades, resistiram ao longo dos anos para defender os direitos do grupo negro.

portanto, democrática em suas relações raciais - prevaleceu dentro dos sindicatos de trabalhadores e no pensamento da esquerda brasileira. Para NOGUEIRA (1996), o não reconhecimento da desigualdade racial como um problema estrutural da sociedade brasileira “permitiu que o movimento (sindical) viesse construindo uma cidadania fragmentada”.

No entender de SILVA (2009), o silêncio das centrais em relação à discriminação racial é também consequência do “temor de que as particularidades e diferenças provoquem a divisão e, por conseguinte, o enfraquecimento do movimento operário”. No entanto, diante a impossibilidade de ignorar os dados estatísticos sobre racismo institucional¹¹ e a discriminação vivenciada por negros e negras no mercado de trabalho, as lideranças sindicais incluíram em suas centrais a abordagem de outras demandas – como as questões de gênero e racismo – que não fossem as questões salariais.

No fim da década de 1970 os sindicatos reaparecem no cenário político do país, na luta contra a ditadura militar. Ao mesmo tempo, surge uma forte corrente antirracista (CARRANÇA, 2012) que constrói terreno sólido para o surgimento do Movimento Negro Unificado. A união do Movimento Negro com o Movimento Sindical foi fundamental para a inserção das questões raciais dentro dos sindicatos, na década de 1980. Nesse momento houve a realização do I Encontro Estadual de Sindicalistas Negros, na cidade de São Paulo, como relata DOMINGUES (2008). O encontro foi promovido pelo Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, entidade criada no

¹¹ A Secretaria de políticas para a Igualdade Racial da Presidência da República define racismo institucional como uma forma de operar, induzir, manter e condicionar a organização e a ação do Estado, suas instituições e políticas públicas – atuando também nas instituições privadas, produzindo e reproduzindo a hierarquia racial.

mesmo ano dentro da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. O intuito era promover atividades e acompanhar a elaboração de programas do Governo específicos para a população negra. Após a reunião, os dirigentes das principais centrais sindicais brasileiras levaram para as suas categorias ações mais definidas para o combate ao racismo no ambiente de trabalho:

Embora as lutas das entidades negras e antirracistas brasileiras remontem ao início do século, foi apenas a partir de meados dos anos 80, e principalmente a partir dos 90, que as instituições, pressionadas pelo movimento negro, começaram a reconhecer a existência do racismo, bem como suas responsabilidades na manutenção do grave quadro de desigualdades no trabalho, motivadas pelo fator racial.

BENTO, 2000, P.303

O surgimento de órgãos capacitados para a abordagem das questões que envolviam as relações raciais dentro dos sindicatos e centrais sindicais se dá a partir de 1990. Surgem a “Comissão Nacional contra a Discriminação Racial, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Comissão Nacional Cegetista contra a Discriminação Racial, da Confederação de Desenvolvimento da Igualdade Racial da Força Sindical. (BENTO, 2000). No mesmo ano, algumas categorias de trabalhadores aprovam o debate de políticas antirracistas em seus respectivos sindicatos, como foi o caso dos “radialistas de São Paulo, o Sindicato dos Trabalhadores em Águas e Esgoto da Bahia, Metalúrgicos de São Bernardo, Sindicato dos Telefônicos de Belo Horizonte, Químicos de São Paulo” (NOGUEIRA, 1996), entre outros. Em 1995, as três centrais sindicais brasileiras – CUT, CGT e Força Sindical – se unem para fundar o Instituto Interamericano pela Igualdade Racial, o INSPIR. (DOMINGUES, 2008). No mesmo ano dois grandes eventos marcam o amadurecimento da união entre Movimento Negro e Movimento Sindical. Em

maio houve a realização do I Encontro Nacional de Sindicalistas e Ativistas Anti Racistas e em novembro, a Marcha a Brasília, evento que reuniu mais de 30 mil pessoas em manifestação para a adoção de políticas de ação afirmativa pelo governo.

Mesmo com o crescimento dos grupos de trabalhadores (as) negros (as) com disposição para abordar a questão da desigualdade racial dentro dos sindicatos, o racismo ainda é considerado problema secundário pelo movimento sindical. No entender de DOMINGUES (2008) “diante da negligência histórica desse movimento para com as assimetrias entre negros e brancos, a sensibilização de alguns sindicalistas, ainda que modesta, representa um avanço no processo de conscientização racial da sociedade brasileira”.

3.1 As Comissões de Jornalistas pela Igualdade Racial e Núcleos de Jornalistas Afrodescendentes

A atuação dos profissionais de comunicação é imprescindível no combate ao racismo, já que os problemas das relações raciais são estruturais na sociedade brasileira. Os meios de comunicação podem ocupar posição privilegiada na luta contra o racismo e essa importância pode ser notada nas instâncias legais. O Estatuto da Igualdade Racial¹², por exemplo, reserva o capítulo VIII para os meios de comunicação. Focado nas mensagens publicitárias e da imprensa, o Estatuto parte do princípio de que “a publicação veiculada pelos órgãos de comunicação valorizará a herança cultural e a participação dos afro-brasileiros na história do País” (Art. 55).

¹² Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

Ao longo da história do movimento sindical, muitos foram os profissionais de comunicação que se mobilizaram para apontar a mídia como sendo produtora e reprodutora do racismo na sociedade brasileira. Suas ações se confundem até mesmo com a história da imprensa negra, com personagens que batalham por um maior espaço no mercado de trabalho e exigem, desde o período pré- abolicionista, uma imprensa que enxergue o país com uma lente menos racista, dando espaço à pluralidade e a igualdade racial dentro da comunicação.

Dois congressos da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) que abordaram a temática racial com veemência tornaram-se marco para que as comissões de jornalistas pela igualdade racial - primeiramente desenvolvidas nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e município do Rio de Janeiro - se ramificassem pelo Brasil. O primeiro foi o XXXI Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado em 2004, na Paraíba. Nesse momento, a apresentação da tese “Visibilidade às questões étnicas nos meios de comunicação e no mercado de trabalho” colocou no foco das discussões a necessidade de se desvelar a invisibilidade das questões étnico-raciais no mundo das comunicações. Essa discussão foi ampliada dois anos depois, em Minas Gerais, na realização do XXXII Congresso e do I Painel de Jornalistas Afro-Brasileiros, que contou com a participação de representantes de vários sindicatos. Conforme relata a jornalista Sandra Martins em artigo¹³ para o “Observatório da Imprensa”, nesse segundo momento as comissões do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul fortaleceram a discussão de implementação de

¹³ Artigo *Cresce a rede de jornalistas anti-racistas*, publicado em 08/04/2008 no site *Observatório da imprensa* – disponível em http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/cresce_rede_de_jornalistas_antiracistas - acesso em 19 de outubro de 2012.

políticas de promoção da igualdade racial no mercado de trabalho da comunicação. Duas teses foram apresentadas pelos grupos na plenária: a primeira defendeu a informação para as questões étnico-raciais tanto para jornalistas como para acadêmicos de Comunicação; e a segunda provou a falta de dados estatísticos com recorte racial e de gênero sobre a categoria.

Atualmente, dos 27 sindicatos estaduais e quatro municipais filiados a Fenaj, sete deles contam com uma comissão antirracista: o município do Rio de Janeiro e os estados de São Paulo, Alagoas, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Bahia e Paraíba. Apesar de ser um avanço no movimento sindical, a criação dessas comissões ainda é lenta e as adesões são pequenas. Para Sandra Martins, o que se observa é a resistência para com a temática racial, sentenciada para muitos como assunto muito complexo e provocador de “divisão de classes”. Há também de se observar que o apoio político institucional das entidades sindicais é essencial para a sobrevivência das comissões e para o fortalecimento e desenvolvimento de sua atuação.

Em 2008, no 33º Congresso Nacional dos Jornalistas - realizado em São Paulo - o II Encontro das Cojiras e Núcleo deliberou a criação da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Étnico-Racial (Conajira), formada por integrantes da federação de cada Cojira e do Núcleo de jornalistas afrodescendentes. Essa comissão maior tem como tarefa “estimular os demais sindicatos associados à Fenaj para que criem as suas comissões de jornalistas, comprometidas com o combate ao racismo” (CARRANÇA, 2012). Também é objetivo do grupo formalizar a construção de uma pauta nacional de atividades a serem desenvolvidas pelos jornalistas para o combate ao racismo e pela equidade de gênero. Entre as propostas de trabalho estão a adoção da autodeclaração

étnico-racial nas fichas sindicais e o apoio às políticas específicas para a comunidade negra dentro das empresas jornalísticas.

3.2 Histórico de criação das Cojiras

3.2.1 COJIRA SP

O sindicato dos Jornalistas de São Paulo foi o primeiro a constituir uma instância de combate ao racismo na categoria. Com a proposta de entender de que maneira o racismo “se manifesta no mercado de trabalho e na produção cotidiana dos jornalistas”, no ano de 2000 o Comitê Permanente de Jornalistas Negros iniciou a discussão política dentro do sindicato. O núcleo inicial mudou o nome ainda no primeiro semestre de 2001 para Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial. Conforme relatado por CARRANÇA (2012), a mudança não foi aceita por todos, mas a maioria dos integrantes do quadro de discussões “acabou apoiando a ideia de que a permanência daquela denominação poderia se tornar um obstáculo à participação de não negros nas atividades a serem implementadas”. Em 2001 o grupo publica no site do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo um manifesto com os objetivos da comissão, assinado pelos (as) jornalistas Amélia Nascimento, Benedito Egydio dos Santos, Esmeralda Ribeiro, Flávio Carrança, Francisco Soares, Maurício Pestana, Oswaldo de Camargo, Oswaldo Faustino, Paulo Vieira Lima, Ricardo Alexino Ferreira e Ronaldo Junqueira.

Convencidos de que a construção da cidadania plena para todos os brasileiros passa, necessariamente, pela obtenção da igualdade racial e que as diversas categorias profissionais têm uma importante contribuição a dar nesse sentido, nós, jornalistas negros, tomamos a iniciativa de nos organizar no Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo. Para isso, criamos a Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira), um órgão consultivo, com participação aberta a todos os interessados, que ajudará o Sindicato a ter uma

atuação mais efetiva com relação à questão racial. Vamos participar de ações tanto no âmbito específico do jornalismo quanto em questões de caráter mais geral. Para conseguir esses objetivos, a Cojira tem algumas tarefas prioritárias:

- Mapear e analisar a situação dos jornalistas negros no Estado de São Paulo.
- Acompanhar com olhar crítico o noticiário relacionado à questão racial.
- Estimular a capacitação dos profissionais que já atuam na imprensa para que tenham uma melhor compreensão da questão racial.
- Criar oportunidades para que os jornalistas negros, em especial, e os jornalistas sem recursos financeiros, de maneira geral, tenham acesso aos mecanismos de aperfeiçoamento técnico-profissional.
- Organizar um Banco de Dados sobre a questão racial e a imprensa negra.
- Utilizar o Jornal Unidade e todos os meios de comunicação do Sindicato para divulgar matérias e discutir temas relacionados à questão racial.

Entre as atividades mais relevantes da comissão está o relançamento da obra *Imprensa Negra*, de Clóvis Moura e Miriam Nicolau Ferrara, promovida em parceria com a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Parte dos exemplares foi doada à bibliotecas públicas do estado, entidades do Movimento Negro, sindicatos e pesquisadores. Em maio de 2004, uma parceria com Geledés Instituto da Mulher Negra permitiu o lançamento do livro *Espelho Infiel - o negro no jornalismo brasileiro*, coletânea organizada por Flávio Carrança e Rosane Borges como parte das atividades da comissão.

3.2.2 Núcleo de Jornalistas Afrobrasileiros do Rio grande do Sul

Também no ano de 2001 – diante das dificuldades para visibilizar nos meios de comunicação a participação de militantes negros no I Fórum Social Mundial, as jornalistas Vera Daisy Barcellos e Jeanice Ramos criaram o Núcleo de

Comunicadores Afrodescendentes no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul. No primeiro momento o grupo enfrentou dificuldades para reunir um número razoável de jornalistas. Mesmo assim, voluntariamente, outros profissionais de comunicação foram atraídos para o grupo como publicitários, radialistas e relações públicas, um incentivo para a formalização do Núcleo dentro do sindicato. Os objetivos traçados pelo grupo gaúcho consistem em:

Discutir as questões da etnia nos meios de comunicação e buscar a definição de políticas para reconhecimento e legitimação de suas especificidades, manifestações culturais e forma de viver próprias, legados deixados à população brasileira pelos ancestrais africanos.

CARRANÇA, 2012, P.158

Em 2004 o Núcleo Gaúcho, em parceria com as Cojiras de São Paulo e Rio de Janeiro, apresentou no XXXI Congresso Nacional dos Jornalistas uma tese de grande relevância para a luta dos jornalistas contra a desigualdade racial na profissão. A tese “Visibilidade às questões étnicas nos meios de comunicação e no mercado de trabalho” foi defendida pela fundadora do Núcleo, a jornalista Vera Daisy, e continha algumas recomendações aos sindicatos de jornalistas do país e também a Federação Nacional dos Jornalistas. As proposições eram:

- Que sejam reconhecidas pelo conjunto da categoria as ações contra todo e qualquer tipo de discriminação e em defesa da igualdade étnica desenvolvidas pelo Núcleo de Comunicadores Afro-brasileiros do Rio Grande do Sul no Sindijor-RS, a Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do SJPMRJ e a Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do SJSP;
- Que o Sindijor/RS, o SJSP e do SJPMRJ enquanto entidades máximas de representação dos jornalistas profissionais dos estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo e do Município do Rio de Janeiro tomem iniciativas, para sensibilizar os jornalistas, tanto nas empresas de comunicação quanto nas faculdades de jornalismo, sobre as questões específicas dos

afro-brasileiros e outros segmentos discriminados da população brasileira;

- Realização de parcerias com instituições, entidades e organizações governamentais e da sociedade civil que venham a auxiliar no desenvolvimento de ações e políticas para atender as demandas históricas da comunidade negra brasileira, com o objetivo de promover a igualdade racial entre os trabalhadores dos meios de comunicação e também para melhorar a qualidade da cobertura jornalística dos temas relacionados com a etnia negra e seu viver;

- Realização de censo do jornalismo brasileiro - em parceria com Universidades - com diversos recortes - gênero, racial, socioeconômico, mobilidade social, inatividade etc. - que além de abrir campo para pesquisas diversificadas propiciará um diagnóstico objetivo da categoria;

- Que o XXXI Congresso Nacional dos Jornalistas recomende a todos os Sindicatos Estaduais filiados à FENAJ a criação e implementação de instâncias organizativas (Núcleos, Comissões, departamentos ou outras formas que venham a surgir) com a finalidade de implementar políticas de combate ao racismo e de promoção da igualdade. Que a FENAJ atue no sentido de aglutinar e coordenar nacionalmente as propostas e iniciativas surgidas dessas instâncias. E que a FENAJ estimule também discussões sobre a discriminação de índios e outras etnias e grupos sociais;

- Que o XXXI Congresso Nacional de Jornalistas recomende a todos os Sindicatos Estaduais filiados à FENAJ a inclusão da auto-declaração étnico-racial nas fichas sindicais, medida que deve ser precedida por uma campanha de esclarecimento junto à categoria;

- Apoio e execução de políticas focalistas (ações afirmativas, cotas) para empresas jornalísticas;

- Acompanhamento e monitoramento do conteúdo da imprensa;

- Estimular a produção de materiais (livros e outras publicações) que possam subsidiar o debate sobre jornalismo e relações raciais e estabelecer marcos importantes para a garantia efetiva dos direitos humanos;

- Acompanhamento das discussões e aplicação das diretrizes dos organismos nacionais e internacionais (ONU, OEA, Conferências, DHESCs) que regem os princípios dos direitos humanos e relações raciais no Brasil e no mundo.¹⁴

¹⁴ Tese *Visibilidade às questões étnicas nos meios de comunicação e no mercado de trabalho* apresentada em agosto de 2004 no XXXI Congresso Nacional dos Jornalistas. Documento disponível em http://www.fenaj.org.br/federacao/congressos/xxxi_cnj_teses_mocoos.htm)

Das onze proposições, oito foram aprovadas por unanimidade e duas foram fundidas, seguindo recomendações da Fenaj. A oitava proposta, referente às ações afirmativas para empresas jornalísticas, foi bastante discutida e polemizada na plenária, mas acabou sendo aprovada pela maioria dos delegados. Também vale ressaltar que, apesar de aprovada, a quarta proposta - referente a realização do censo nas redações - não foi colocada em prática. Passados oito anos da aprovação, as empresas jornalísticas ainda apresentam grande resistência em relação à iniciativa.

3.2.3 COJIRA RJ

Em 11 de junho de 2003 as jornalistas Sandra Martins e Angélica Basthi e o jornalista Miro Nunes criaram a Comissão de Jornalistas Afrodescendentes do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro. Assim como aconteceu no Rio Grande do Sul, a comissão foi nomeada dessa forma provisoriamente. Após acordo com o Sindicato de Jornalistas de São Paulo, o grupo carioca optou pela denominação “Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial” na busca do fortalecimento uma identidade que pudesse se estender aos outros sindicatos da categoria. Conforme documento apresentado no XXXI Congresso Nacional dos Jornalistas, a Cojira do Rio de Janeiro expõe os seguintes objetivos:

O acompanhamento crítico do noticiário relacionado à questão racial; estímulo ao aprendizado e reciclagem dos profissionais de comunicação, especialmente os jornalistas, de modo a compreenderem com mais profundidade o tema que dá nome à comissão; debate dos assuntos relacionados à comunidade afro-brasileira; produção de textos voltados para os eventos propostos; apoio às iniciativas de trabalhos, acadêmicos ou não, na área de Comunicação Social que privilegiem a discussão da diversidade étnico/racial; incentivar a difusão e instalação de fóruns similares em todas as entidades sindicais no território nacional; mapear e analisar a situação dos

jornalistas afrodescendentes no município do Rio de Janeiro; organizar um banco de dados sobre a questão racial e a imprensa negra.¹⁵

Entre as ações, se destacam o a organização de seminários anuais sobre a questão do negro e na mídia no Dia Internacional da Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Em 2009 o grupo incluiu os temas ligados à questão negra na I Conferência Nacional de Comunicação, realizada 2009.

Outra iniciativa de grande relevância da Cojira RJ foi a criação do Prêmio Nacional Abdias do Nascimento. Lançado em 2011, o Prêmio Nacional Jornalista Abdias Nascimento conta com o apoio das Cojiras de São Paulo, Alagoas e Paraíba e do Distrito Federal, além do Núcleo de Comunicadores Afro-Brasileiros e da Diretoria de Relações de Gênero e Promoção da Igualdade Racial, vinculados respectivamente, aos sindicatos dos jornalistas do Rio Grande do Sul e da Bahia. A premiação, segundo os organizadores¹⁶, tem como objetivo impulsionar as redações do país na produção de conteúdos jornalísticos que contribuam para a prevenção, o combate e a eliminação de todas as formas de racismo e discriminação racial. Estende-se à mídia impressa, televisão, rádio, web e fotografia.

Em 2012 participou do grupo Mídia Afro, que veiculou programas de rádio com a temática negra na Rádio Nacional do Rio de Janeiro (emissora da EBC).

3.2.4 COJIRA AL

A tese apresentada XXXI Congresso Nacional dos Jornalistas foi o principal incentivo para que a jornalista Valdice Gomes da Silva criasse uma comissão também dentro do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Alagoas

¹⁵ Disponível em http://www.fenaj.org.br/federacao/congressos/xxxi_cnj_teses_mocoos.htm. Acesso em 10 de setembro de 2013.

¹⁶ <http://premioabdiasnascimento.org.br/w/>

(Sindjornal). Como relatado por CARRANÇA (2012), em 2004 Valdice “procurou identificar entre os colegas jornalistas aqueles que eram envolvidos com a questão da igualdade racial que pudessem comungar da ideia de criar uma comissão sobre o tema no sindicato”. Quando apresentada para a diretoria, a ideia foi aprovada com unanimidade pela categoria. Conforme publicado no site da Cojira:

A Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial em Alagoas (Cojira-AL) tem como objetivo contribuir para o debate e a reflexão sobre a realidade dos cidadãos afrodescendentes e os mecanismos utilizados pelos meios de comunicação ao abordar as temáticas relacionadas à causa negra. (...) Foi o primeiro núcleo do Nordeste a trabalhar as questões étnicorraciais no movimento sindical da categoria. Desde então, vem contribuindo na interlocução entre o movimento negro e a mídia alagoana.¹⁷

A Cojira AL publica semanalmente, desde o dia 13 de maio de 2008, uma coluna de temática racial no jornal alagoano Tribuna Independente, a *Coluna Axé*. À frente das outras Comissões, o blog da Cojira AL é constantemente atualizado com notícias relacionadas às questões raciais. Nesse espaço também são publicados os *Informes Afros*, notas semanais sobre a programação sociopolítica e cultural em Alagoas que - segundo informações do próprio site da comissão - é também repassada para a imprensa. Nos anos de 2008 e 2009 a Comissão produziu dois interessantes documentos que podem servir de exemplo para o monitoramento dos avanços relativos às questões étnico-raciais do estado. Intitulado *Retrospectiva Afro-alagoana*, os dois relatórios resumem as iniciativas governamentais implementadas para os afrodescendentes alagoanos, as ações do movimento

¹⁷ Disponível em <http://cojira-al.blogspot.com.br/p/acoes.html>

negro no estado, as denúncias e cobranças da população, entre outros. A

Retrospectiva Afro-alagoana de 2008 continha os seguintes tópicos no mês de

Fevereiro:

- Robson Calheiros, irmão do ex-presidente do Congresso Nacional, Renan Calheiros, foi condenado pela Justiça a cumprir dois anos e quatro meses de reclusão pelo crime de racismo contra a vereadora Fátima Santiago e seu filho, Henrique Santiago. A sentença foi dada pela juíza Maria da Graça Gurgel, titular da 2ª Vara Criminal da Capital. O racismo ocorreu em outubro de 2005, quando o então vereador proferiu agressões verbais contra Fátima Santiago.

- O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) da Universidade Federal de Alagoas lançou o terceiro número da Revista Kulé-Kulé, denominado AfroAtitude, no dia 14. O lançamento integra a programação de recepção aos feras 2008, no auditório da Reitoria localizado no Campus A. C. Simões, bairro do Tabuleiro do Martins.

- A Cojira-AL junto com diversas entidades do Movimento Negro alagoano solicitou uma audiência com o governador Teotônio Vilela Filho, para entregar uma pauta de reivindicações visando a formulação de políticas públicas para a promoção da igualdade racial no conjunto das ações do governo, considerando os índices de desigualdades, preconceitos e racismo que atingem a população afro-alagoana.*.

* Integrantes do Centro de Cultura e Estudos Étnicos Anajô estiveram na Serra da Barriga em União dos Palmares, no dia 21, para uma visita técnica, onde conferiram os estragos do incêndio e divulgaram fotos no seu blog.

- A Superintendência de Promoção dos Direitos e Políticas para a Mulher promoveu no dia 21, na Secretaria da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos, uma reunião com representantes do Instituto de Terras e a Reforma Agrária de Alagoas (Iteral), quilombolas e do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST), para discutir a execução da segunda etapa do projeto de Capacitação em Gênero, Raça e Etnia para Mulheres Gestoras.

- O Centro de Estudos e Pesquisa Afro-Alagoano Quilombo realizou a 1ª edição do projeto “Mirante Cultural – Um quilombo chamado Jacintinho”. Busca a valorização de artistas locais e ações que estimulam a identidade afro-cultural, além de proporcionar entretenimento para moradores da periferia.

- No período de 28 de fevereiro a 1º de março ocorreu o I Fórum Nacional da Consciência Negra na Educação, no Centro

de Convenções de Maceió. A atividade reuniu educadores de várias partes do país e foi promovida pela Secretaria Estadual de Educação e Esporte, por meio da gerência étnico-racial.¹⁸

Outra iniciativa de destaque no ano de 2010 foi a organização da conferência livre de comunicação – com o tema *A diversidade étnica e o direito à comunicação* - como parte das atividades que antecederam a I Confecom. Conforme relata CARRANÇA (2008), a comissão alagoana realizou as atividades “mesmo enfrentando dificuldades como a falta de recursos para a realização de atividades e projetos e a pequena disponibilidade de tempo dos integrantes”.

3.2.5 COJIRA BA

Em abril de 2008, nas comemorações do Dia do Jornalista, a diretoria do Sindicato dos Jornalistas da Bahia (SINJORBA) criou a Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial da Bahia. Como aconteceu com a comissão de Alagoas, a criação do grupo também influenciada pelas resoluções e propostas apresentadas no XXXI Congresso Nacional dos Jornalistas (PB, 2004). A criação da comissão foi articulada por um grupo de jornalistas, do qual fazia parte Carlos Alberto Oliveira, Evanice Santos, Mary Bahia, Patrícia Santana, Lúcia Correa Lima, dentre outros. À frente da criação da comissão também está a jornalista Ana Alakija, que em 1984 já apontava a necessidade do combate ao racismo dentro dos sindicatos quando defendeu, em 1984 a tese *O lado negro da imprensa branca*, no III Encontro Estadual de Jornalistas Baianos.

¹⁸ Disponível em <http://cojira-al.blogspot.com.br/2008/12/retrospectiva-afro-alagoana.html>

Entre as ações relevantes da comissão, está a aprovação, junto ao Fórum Nacional de Democratização da Comunicação, da inserção do quesito "étnico-racial" na temática da Conferência Nacional de Comunicação, em maio de 2008. O grupo também participou da elaboração do documento-base do Comitê de luta pela Igualdade Racial do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação (BA). Esse documento reunia propostas de recorte étnico-racial com foco na população afrodescendente e subsidiaram a compilação de para a agenda negra na Confecom 2009.

Em março de 2009 a Cojira BA colaborou para a elaboração de propostas de recorte étnico-racial para a comissão de especialistas que subsidiou o MEC na revisão das diretrizes curriculares do curso de jornalismo. Partiu do grupo também a iniciativa de criar um canal de comunicação entre as Cojiras e outras entidades interessadas em debater comunicação e racismo, denominado *Seminário Mídia Étnica*.

Conforme publicado em seu site¹⁹, atualmente na Cojira BA as decisões são tomadas por consenso e o objetivo principal da comissão é “promover diálogos com outros setores da sociedade para avançar na conquista da igualdade étnica no mercado de trabalho”.

3.2.6 COJIRA PB

Em 2009 o Sindicato dos Jornalistas Profissionais da Paraíba (Sindjornalistas – PB) aprovou a criação da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Estado da Paraíba (Cojira PB). Da formação inicial, faziam parte os jornalistas Edson Verber, Angélica Santos, Franco Ferreira, Elmana

¹⁹ cojirabahia.blogspot.com

Clementino, Sônia Lima, Paulo César, Luiz Eugênio e Luiz Luna. Já na criação a Cojira PB registrou 19 membros e colocou como objetivo “atuar como um órgão consultivo do Sindicato e executor de ações relacionadas à questão racial, a comissão tem a participação de 19 jornalistas negros”. No momento da aprovação, a diretoria do Sindjornalistas PB também considerou a criação de “representações (da comissão) em diversos municípios, para que a sua atuação na luta atinja todo o território estadual, com o objetivo de agregar valores para uma política em defesa dos jornalistas negros e negras” (CARRANÇA, 2008).

3.2.7 COJIRA DF

Em 2006, pensando em dar continuidade à militância pela igualdade racial que iniciou em Mato Grosso do Sul, o jornalista Sionei Ricardo Leão consultou o presidente do sindicato dos jornalistas do DF na época, Romário Schettino, sobre a criação de uma comissão de jornalistas negros dentro da entidade. Com a aprovação do presidente e o apoio dos jornalistas e fundadores da Cojira SP, Flavio Carrança e Rosane Borges, em 2007 nasceu a Cojira DF.

Da primeira reunião da comissão, fizeram parte cinco jornalistas que estavam envolvidos na militância racial: Lecino Filho, repórter fotográfico que hoje está na direção do sindicato, Iris Cary, Fausto José, ambos da EBC na época, e Raquel Quintiliano, que era assessora de imprensa de um órgão da Inglaterra. Sionei Ricardo lembra que foi rápida a adesão de outros membros, também interessados em participar das atividades do novo grupo:

Naquela época as reuniões eram semanais e a cada semana eu lembro da chegada de mais pessoas, por exemplo, eu lembro da chegada da Jacira, Juliana Cezar Nunes, Roberto Rodrigues,

Fernando Tarogo, o Ubirajara Silva. Enfim, foi assim. Conversamos muito, as vezes foi até tenso em alguns momentos, como na decisão do nome da comissão. Quase um ano discutindo para lançar em agosto.

Sionei Leão, 2013

Nos seis anos de existência, profissionais de comunicação de várias áreas entraram e outros tantos deixaram o grupo. Atualmente a comissão conta com 17 membros e dois coordenadores, e é considerada o maior grupo entre as Cojiras dos outros estados. No blog²⁰ da comissão é possível encontrar os objetivos traçados pelos membros, desde a formação:

Busca atuar sem vínculos partidários, mas assumindo um compromisso de classe na defesa dos princípios da cidadania, da ética, da valorização da diversidade, da igualdade de oportunidades. No âmbito da comissão, são discutidas propostas e estratégias para combater a discriminação, parcerias para programas de ação afirmativa, campanhas de orientação e informação, monitoramento da mídia, capacitação e reciclagem profissional. As ações buscam abranger os estudantes para que eles tenham uma formação básica sobre o preconceito racial, que vigora no quadro de funcionários, nas linhas editoriais, nos processos produtivos e nos materiais distribuídos pelas empresas públicas e privadas de comunicação.

A comissão do DF esteve envolvida em atividades de grande relevância, em relação às questões raciais. Para, CARRANÇA (2012), a comissão está “estrategicamente situada” em uma cidade que concentra as decisões políticas do país, beneficiando sua participação nessas atividades. Entre elas, destaca-se a participação da comissão na Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, promovida pela Secretaria de Políticas para a Igualdade Racial da Presidência da República em 2009; e na primeira Confecom, realizada no ano seguinte. Na Confecom, a Cojira DF teve papel importante na articulação do fórum *Enegrecer a Confecom*, e na aprovação de importantes

²⁰ <http://cojiradf.wordpress.com/>

propostas como a aplicação das diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Planapir) e na Conferência Mundial contra o Racismo; a adoção de ações afirmativas na mídia; a realização do censo étnico-racial nas empresas do setor, a participação negra na composição de um futuro Conselho Nacional de Comunicação, a criação de um observatório para questões raciais; a inclusão de critérios que contemplem os quilombolas nas concessões de radiodifusão; e a destinação de parte das verbas do Fundo de Universalização dos Serviços de telecomunicações (Fuste) para o financiamento de projetos voltados à juventude negra (CARRANÇA, 2012).

Sionei Leão relembra, ainda, outras atividades importantes que contaram com a participação da Cojira DF. Em âmbito nacional, está a apresentação, junto ao MEC, de uma proposta para reformulação dos currículos dos cursos de jornalismo de todo o país. Localmente, destacam-se a participação dos membros em duas edições do *Fórum de Igualdade Racial*, realizado em parceria com o Jornal de Brasília, e a série de programas sobre igualdade racial veiculada pela Radiobrás. O jornalista também destaca as duas edições do projeto “Caderno de Pautas e Fontes”, que surgiu com o intuito de fomentar, subsidiar e instigar coberturas jornalísticas relacionadas à temática da igualdade racial:

O projeto era, em novembro, enviar para as redações sugestões de pautas que saiam daquelas costumeiras. A gente começou o caderno com 15 ideias de pautas para as redações. Foi legal porque no ano retrasado houve um convite da rádio nacional para fazer um debate sobre isso, ou seja, causou um interesse. Participamos de muitas coisas assim, muitas intervenções, seminários, discussões.

Sionei Leão, 2013

Das atividades que participou, a jornalista Kelly Quirino destaca o aniversário de cinco anos da comissão, em 2012. O evento, realizado no Sindicato dos Jornalistas do DF, contou com a participação de diversos representantes de entidades da sociedade civil, que apontaram alguns desafios a enfrentados em relação a democratização da comunicação e as questões raciais nos meios de comunicação. Participou do evento o professor e cineasta Joel Zito, que apresentou os dados sobre o racismo na mídia e suas pesquisas na área que apontam que a representação racial na mídia não corresponde à proporção de negros e índios do Brasil e por isso, não reproduz a diversidade do país.

Até o fim do ano 2013, os membros da Cojira DF pretendem eleger uma nova diretoria, que pode ser composta por até três profissionais sindicalizados. Além disso, também é objetivo dos membros reformar o Estatuto - aprovado junto ao Sindicato dos Jornalistas – e oficializar a criação do próprio Código de Ética da comissão, um dos desejos mais antigos do grupo para colocar fim a questão da obrigatoriedade da filiação ao sindicato, para participação das atividades da Cojira DF:

Eu creio que será a primeira que vai ter regimento interno. Nesse regimento, colocamos para superar essa questão da filiação, é que não será engessado que para participar da comissão a pessoa tem que ser sindicalizada. Mas para ser da coordenação tem que ser. Por um lado é uma forma de dinamizar, oxigenar o grupo, permitir que outras pessoas que não sejam filiadas participem das reuniões do grupo. É até uma porta de entrada para o sindicato. Mas é uma definição que está em andamento.

Sionei Leão, 2013

Kelly Quirino lembra que, apesar de estarem dentro do Sindicato, "subordinado a ele", o grupo ainda não está "regimentalmente instituído".

IV

LUTAS CONTEMPORÂNEAS

Reflexões e depoimentos dos membros da Cojira DF

“Nós precisamos sair das páginas policiais. Precisamos de espaços igualitários, que dê voz a quem não tem voz. A comunicação precisa ser uma comunicação pública, uma comunicação do povo, uma comunicação que dê voz e que respeite as comunidades, a população negra, indígena, cigana. Essas populações historicamente discriminadas. Essa comunicação brasileira precisa tratar a questão racial como uma questão nacional, não de uma forma menor e nem de forma pejorativa.”

Jacira Silva, 2013

A partir da análise das publicações que fazem parte da imprensa negra no Brasil e é possível refletir sobre o protagonismo de diversos grupos negros, que ao longo do tempo se apropriaram dos meios de comunicação para denunciarem a desigualdade social a que foram, e são submetidos até os dias atuais. A luta desses comunicadores se faz presente na contemporaneidade em forma de novas ações e iniciativas de organizações negras atuais, como é possível observar no histórico do surgimento das comissões de jornalistas pela igualdade social de vários estados.

Nas palavras do presidente do Conselho Editorial da revista *Raça Brasil*²¹, Maurício Pestana, a imprensa negra foi importante, mas, “na atualidade, se não houver uma estratégia clara e objetiva de comunicação e de mídia, não podemos avançar” (FREITAS, 2009). Amauri Pereira, professor de sociologia da Universidade Estadual da Zona Oeste (Uezo-RJ) também acredita que o atual contexto da luta contra o racismo nos meios de

²¹ Circulando há 17 anos, a revista *Raça Brasil* é uma publicação mensal da Editora Escala Ltda. Segundo a definição do próprio diretor, trata-se da “primeira revista voltada aos negros no País, com editorias de cultura e comportamento, moda e beleza e notícias sobre a comunidade”. Definição disponível em <http://racabrasil.uol.com.br/movimento-raizes/fixos/expediente.asp>.

comunicação, exige outros tipos de iniciativa “como exemplo o coletivo de jornalistas negros da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira) que procura parcerias dentro de veículos de grande alcance e disputa espaço político em pautas e discussões junto ao sindicalismo” (FREITAS, 2009). Nesse capítulo, levaremos em consideração os depoimentos dos membros da comissão do Distrito Federal para entender as aspirações do grupo em relação às mudanças da imprensa brasileira no tratar das questões raciais.

4.1 A militância na comunicação

Nesse cenário político social da atualidade é interessante observar as aspirações que levaram os comunicadores negros a participarem das comissões de jornalistas pela igualdade racial. No caso da jornalista Kelly Quirino, a faculdade de comunicação, em São Paulo, foi fundamental no seu despertar para a militância:

A minha inserção na temática racial se deu primeiramente na academia, com trabalhos de faculdade. Em 2005 um dos meus professores levou o conselho de igualdade racial de Bauru para a sala de aula. Aí eu me interessei e comecei a militar por meio do conselho em 2005, depois fiz parte do conselho em 2007 e 2008.

Kelly Quirino, 2013

No término da graduação em jornalismo pela UNESP (Bauru – SP), em 2006, que teve acesso ao livro *Espelho Infel – o negro no jornalismo brasileiro*, organizado por Flávio Carrança e Roseane da Silva Borges, membros fundadores da Cojira SP. Em 2009, na II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir) conheceu alguns membros da Cojira DF e se interessou pelas atividades. Dois anos depois, quando se mudou definitivamente para Brasília, decidiu fazer parte da comissão do DF:

Aqui no DF, quando cheguei, a Cojira foi uma forma de continuar a minha militância, que se deu por meio da sociedade civil em Bauru e aqui está sendo por meio de um conselho de classe, pela categoria profissional de jornalistas.

Kelly Quirino, 2013

Para Kelly, a comissão de jornalistas pela igualdade racial do DF foi o lugar que encontrou para discutir e atuar, de alguma forma, no combate a desigualdade racial, junto a outros profissionais de comunicação:

Então esse interesse que eu desenvolvo já tem nove anos, a Cojira está sendo um espaço que tenho para militar por conta da minha condição de mulher negra, de viver num país racista, de ter toda uma questão de desigualdade racial no nosso país. Isso é uma coisa que me mobiliza não só ideologicamente, mas também pela condição de ser mulher negra, isso me mobiliza politicamente. Eu acredito que, para mim, a Cojira está sendo esse espaço de atuação política em prol da igualdade racial.

Kelly Quirino, 2013

O jornalista Sionei Leão também desenvolveu sua trajetória na militância do movimento negro no período da faculdade, em Mato Grosso do Sul, na década de 1980. O fundador da Cojira DF afirma que a ideia de criação da comissão partiu da necessidade integrar a história de sua militância no movimento negro à comunicação, área que escolheu para atuar profissionalmente:

Então eu fui me despertando para a questão do profissional e da segmentação. Ou seja, você levar os seus ideais sem deixar de ser um profissional competente e qualificado, sem deixar de levar as duas coisas juntas. Eu tinha a Cojira como uma oportunidade de trilhar a militância dessa forma, sem deixar de fazer aquilo para o que fui formado, a profissão, o ganha pão.

Sionei Leão, 2013

Nesse ponto é interessante observar a defesa pela formação de militantes engajados em demandas específicas do movimento negro. Diante da complexidade e heterogeneidade das organizações que dedicam a defender os direitos dessa parcela da população, é importante refletir sobre a

especialização em determinadas questões, como forma de fortalecer as múltiplas lutas:

Hoje tem muita gente em várias áreas fazendo coisas importantes, despontado para vários temas. Estão enriquecendo o debate. Acho que é importante buscar uma área que você realmente possa contribuir, que possa se empoderar. Enfim, o meu caso é o jornalismo. A minha ideia sempre foi primar pelos projetos.

Sionei Leão, 2013

Explicando os caminhos que a levaram até a Cojira DF, Jacira Silva também revela uma trajetória de militância que, em determinado momento, se focou no combate à desigualdade racial dentro da comunicação.

Então a Cojira traz essa oportunidade de a gente se conhecer, de nos fortalecer, nos organizar, buscando uma política étnica racial para os bens de comunicação, para os veículos de comunicação, e também para o profissional negro e negra se sentirem responsáveis por uma comunicação que seja plural, transversal, intersetorial. Por isso eu escolho a Cojira.

Jacira Silva, 2013

Pensando em políticas públicas para a comunicação, é importante ressaltar que, nos últimos anos, o aprofundamento constante dos debates envolvendo a questão racial na comunicação já rendeu algumas propostas de legislação. Como lembra a jornalista Cecília Bizerra Sousa, no artigo²² publicado em novembro de 2013 no site da revista Carta Capital, o Estatuto da Igualdade Racial conta com um capítulo sobre Comunicação Social; as três edições da Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir) e a 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) aprovaram resoluções que recomendam políticas públicas de comunicação voltadas para o combate ao racismo e a promoção da igualdade racial e o Projeto de Lei de Iniciativa

²² Publicado em nome do coletivo Intervezes, o artigo *Enfrentamento ao racismo e consciência negra: e a comunicação com isso?* Está disponível em <http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervezes/enfrentamento-ao-racismo-e-consciencia-negra-e-a-comunicacao-com-isso-6574.html>

Popular da Mídia Democrática, formulado pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Mesmo assim, a implementação desses projetos ainda precisa ser monitorada e cobrada pela sociedade civil para que entrem em vigor. Nesse sentido, para o jornalista Sionei Leão, as Cojiras podem ser importantes ferramentas na luta contra a desigualdade racial, tendo em vista a considerável responsabilidade da mídia na geração e reprodução de valores no Brasil:

O jornalismo quando começa lá na Revolução Francesa e se torna jornalismo mesmo, é aquele grupo que se descola do poder para vigiar o poder. Pelo que me parece, ainda hoje, a grande importância do jornalismo está nisso. Em quinze, vinte anos, tem mudado muito a percepção da redação em relação à questão da igualdade racial. Hoje a igualdade racial também é poder. E ao se tornar poder, no jogo democrático o que acontece? Como você reage ao poder? Por meio do parlamento, por meio do judiciário e por meio da imprensa.

Sionei Leão, 2013

4.2 Questões raciais no cenário político atual

Observar o cenário político atual e as transformações sociais no Brasil é fundamental para se entender o surgimento de grupos, como as Cojiras. Nos últimos anos, vários acontecimentos fizeram emergir os discursos sobre as relações étnicas no Brasil que se apresentaram para a imprensa como um novo desafio na forma de cobertura. O professor e jornalista Ricardo Alexino Ferreira artigo *Quando a imprensa branca fala da gente negra: a visão Eurocêntrica da imprensa na cobertura de afrodescendentes* (2001)²³ considera o ano de 1988 - centenário da abolição da escravatura no Brasil – como “o marco na forma de tratamento que a imprensa dava para o segmento

²³ Publicado no livro *Espelho Infiel: o negro no jornalismo Brasileiro* (2004) – organizado por Flávio Carrança e Rosane da Silva Borges.

afrodescendente”, Para FERREIRA (2001), nesse momento o negro começa a ter mais espaço, enquanto notícia. Nesse ano os jornais, a mídia eletrônica e a publicidade foram impulsionados pelas mudanças políticas trazidas pela nova Constituição Brasileira e pela organização mundial contra o apartheid. Ainda podemos citar, entre tantos avanços, a criação da Fundação Cultural Palmares (1989); a instituição da lei 10.639 - que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas públicas e particulares - a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial (2010); as políticas de ação afirmativa nas universidades públicas e a criação da Secretaria de Políticas de Igualdade Racial (Seppir).

Diante dessas mudanças, a postura da imprensa brasileira tem sido bastante oscilante: algumas vezes se dispondo a avançar na discussão, outras vezes se atendo a superficialidade do senso comum. Segundo FERREIRA (2001), a despreparação dos jornalistas para o tratamento das questões raciais na imprensa pode “reforçar atos de racismo, discriminação e estereótipos, mesmo quando a linha editorial do jornal não for essa”. Sionei Ricardo, avaliando a inserção das questões raciais na imprensa atual, também considera que os profissionais de comunicação não estão preparados para os novos discursos. Nesse ponto, as Cojiras também deveriam se ater para as consequências desse despreparo:

Então a percepção que eu tenho, talvez de 2003 para cá, talvez com a questão das cotas na UnB e a SEPPIR, tenha havido uma reação de alguns segmentos, talvez mais conservadores e reacionários em relação a isso, à causa da igualdade racial. Isso deveria ser esperado, na verdade a gente acabou não fazendo na Cojira, mas eu gostaria de fazer, é que o nosso papel deveria ser de preparar a militância para o contra ataque. Um avanço tem sempre um embate. Já poderíamos ter nos preparados para isso.

Sionei Leão (2013)

A jornalista Kelly Quirino acredita na polarização dos discursos sobre as questões raciais no jornalismo. Dessa forma, esses assuntos são transformados em debates, nos quais são apresentadas opiniões a favor ou contra determinada ação social ou política pública – como nos caso das ações afirmativas - reduzindo a discussão para dimensão de um simples combate de ideias e constatações superficiais:

Não se pensa a questão numa pauta de comportamento pensando a questão racial, não se pensa uma pauta de saúde ou política pensando na questão racial. Não. Fecha-se em algumas coisas polêmicas, como cotas nas universidades, no serviço público, na publicidade, e fica se discutindo se é a favor ou contra. Acho que essa discussão polarizada prejudica a discussão plural. E aí, por ser dessa forma, você tem uma invisibilidade dessas questões que poderiam ser muito melhor discutidas.

Kelly Quirino, 2013

Ainda na tentativa de entender os porquês da reprodução da discriminação e do preconceito na imprensa brasileira, é importante estabelecer uma relação entre conteúdo e o agente produtor. Além de envolver um contexto sócio cultural histórico, o racismo também possui relação direta com a formação dos profissionais de comunicação. A jornalista e pesquisadora Cremilda Medina, no artigo *Imprensa e Racismo: espelho das contradições sociais* (2004) acredita que o desempenho ético no jornalismo – na abordagem do racismo, sexismo ou homofobia – é reflexo de valores e preconceitos enraizados na sociedade brasileira. MEDINA (2004) se propõe a analisar o processo social em que o jornalista está inserido, sem isentá-lo eticamente, das representações simbólicas e preconceituosas que reproduz:

A guerra simbólica comparece ao espaço de produção jornalística tanto na contemporaneidade quanto no espectro histórico do Jornalismo e da profissão de jornalista. Nesta guerra, por si só, extremamente complexa, entram forças externas sociais, forças

político-econômicas, forças do inconsciente coletivo e também, por que não, forças criativas da assinatura do produtor cultural.

MEDINA, 2004, P.29

Nesse sentido, a formação universitária desses profissionais ocuparia um papel bastante significativo no combate ao preconceito na comunicação. Para FERRARA (2001), os cursos de comunicação que não possibilitam a interdisciplinaridade e não abrem espaço para a discussão da temática racial, formam um comunicador preparado apenas para um trabalho braçal, capaz de construir mensagens invocadas apenas do “seu imaginário, totalmente permeado do inconsciente coletivo e muitas vezes marcado pelo preconceito vivenciado no dia-a-dia”. Como ressalta Kelly Quirino, a formação do profissional de comunicação é fator determinante para a ampliação das discussões raciais na imprensa “que ainda vê as minorias como minorias e não como portadores de direitos e deveres, sem respeito aos direitos humanos, sem respeito à diversidade e pluralidade”.

4.3 Rediscutindo as propostas da Cojira DF

Pensando o futuro da comissão, os membros da Cojira DF ressaltaram alguns pontos que podem ser revistos e mudados dentro do grupo. Para Sionei Leão, é preciso avançar na compreensão de que, na atualidade, a militância pode caminhar junto à profissão e assim, fortalecer uma mesma luta:

O militante tem uma forma de se comportar e o profissional, alguns que vejo que entraram lá estão nessa perspectiva: agora eu tenho algo e posso seguir na profissão lutando no grupo. Mas como você conjuga o militante e o profissional? São estilos. Acho que esse é um desafio, sobretudo da Cojira daqui.

Sionei Leão (2013)

Nesse sentido, Kelly Quino aponta os posicionamentos políticos como empecilho para o desenvolvimento de algumas ações práticas dentro do grupo, que também sofre por não ainda possuir uma estrutura consolidada.

As pessoas que fazem parte da Cojira lutam em prol da igualdade racial, mas eles também tem seus posicionamentos políticos ideológicos... é muito heterogêneo. Às vezes a gente se perde na questão política, mas mais que se perder na questão política, as vezes eu acho que a gente fica muito do discurso e esquece um pouco da prática.

Kelly Quirino, 2013

Já a jornalista Jacira Silva observa o crescimento e amadurecimento do grupo, em seus anos de existência. Para ela, assim como para Sionei Leão, as atividades práticas do grupo precisam mais ser estimuladas, até para que sejam reconhecidos dentro do sindicato.

No DF a Cojira teve um ganho no sentido de compromisso. Nós temos seis membros nessa atual diretoria do sindicato dos jornalistas. Quatro na área executiva, eu e o Sionei, e dois na comissão ética. Precisamos ser fiscais. Monitorar, acompanhar. Uma ação que considero que terá efeito seria visitar todas as redações, todos os editores, buscando sair desse papel secundário que é a questão racial nos meios de comunicação. Exigimos um conteúdo da programação que mantenha essa pluralidade.

Jacira Silva (2013)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho *Imprensa Negra* e as Comissões de Jornalistas pela Igualdade Racial, começou a ser pensado em 2012 e sofreu algumas alterações estruturais ao longo desse tempo. Inicialmente, a intenção era estudar apenas as Cojiras, através do grupo do Distrito Federal que conheci por intermédio da pesquisadora e jornalista Dione Moura. No dia em que me apresentei aos membros, era comemorado o aniversário de cinco anos da comissão, num evento quem contou com a presença e as ideias do jornalista e cineasta Joel Zito.

Na ocasião, Joel Zito apresentou os resultados da pesquisa *Onde está o negro na TV Pública?* - apresentada na introdução desse trabalho – e os relacionou com os dados obtidos na pesquisa que realizou alguns anos antes e que deu origem ao documentário *A negação do Brasil*²⁴ (2000). Todas aquelas reflexões e inquietações surgidas a partir da análise das imagens racistas, dos estereótipos e da invisibilidade da verdadeira identidade negra nos meios de comunicação, foram guardadas comigo e amadurecidas, à luz de vários autores e leituras, nas escrita das páginas que compõe esse trabalho.

No mesmo ano, na busca por bases teóricas que me pudessem ajudar a compreender como as questões raciais foram e estão sendo colocadas na comunicação brasileira, encontrei, ou fui encontrada, pela edição fac-símile de *Quilombo*, o jornal de Abdias do Nascimento. Foram sentimentos de surpresa e admiração que acompanharam minhas leituras sobre os anseios políticos-

²⁴ Baseado em suas memórias e em fortes evidências de pesquisas, o documentário apresenta a história da telenovela no Brasil, a partir de uma análise do papel dos atores negros e atrizes negras e suas representações estereotipadas e negativas. O diretor aponta as influências das telenovelas nos processos de identidade étnica dos afro-brasileiros e faz um manifesto pela incorporação positiva do negro nas imagens televisivas do país.

culturais, vividos pelo movimento negro naquele momento da história. E essa admiração crescia a medida que encontrava, em várias pesquisas, as publicações da imprensa negra nascida no período pós-abolicionista.

Quem eram aqueles comunicadores do passado, negros, letrados, tão influentes e informados sobre as desigualdades a que eram submetidos? A imprensa nova ainda tentava se desenvolver nas máquinas recém - adquiridas pelos pequenos jornais e esses homens já tinham conhecimento do poder de influência e de mobilização que poderia ter o jornalismo feito por e para o povo negro. E atravessando as barreiras do tempo, encontrei semelhante consciência do apoderamento dos meios de comunicação, em prol da luta antirracista, nas falas de entrevistados e nos objetivos das comissões de jornalistas pela igualdade racial de vários estados brasileiros.

Diante das inúmeras publicações da imprensa negra, contabilizadas e analisadas em várias pesquisas de historiadores brasileiros, escolher as edições que poderiam ilustrar esse trabalho não foi tarefa fácil. A análise dos periódicos aqui apresentados também não se obrigou a ser profunda ou determinadamente categórica. Acima dessas questões, estavam as reflexões sobre o protagonismo dos grupos de comunicadores negros em vários momentos da história do Brasil.

Compreender a existência de uma imprensa negra no Brasil a partir de alguns periódicos do passado também não restringe a existência desses grupos a um determinado período. Nos caminhos percorridos por esses estudos, encontrei muitas iniciativas que lançaram a possibilidade do desenvolvimento de uma imprensa negra contemporânea, que não pôde ser compreendida nesse trabalho. Inúmeras comunidades negras, situadas

principalmente no ambiente da internet, já se organizam na tentativa de desenvolver uma comunicação que interesse exclusivamente o grupo afrodescendentes brasileiros. No Brasil atual, fomentado cada vez mais pela criação de políticas públicas específicas para homens negros e mulheres negras, as iniciativas desses novos comunicadores apresentam-se como possibilidade de estudos futuros.

Por outro lado, pensar o contexto histórico no qual estão inseridas as demandas e anseios de grupos como as Cojiras é importante para a compreensão da existência de um movimento negro formado por novos anseios e novas demandas. A construção desse trabalho possibilitou a compreensão de que o protagonismo negro contemporâneo herdou a tradição de insurgência, presente no período republicado, mas se reinventou, em cada período da história, através de novas estratégias de mobilização e de luta pela justiça racial.

Pensar o desenvolvimento da comunicação ao longo dos anos é também entender o seu importante papel no fortalecimento da democracia e no desenvolvimento das nações através das denúncias e provocações de debates relacionados às violações e garantias de direitos humanos. Porém, não se pode deixar de refletir que, ao veicularem seus produtos nos meios, os jornalistas selecionam e interpretam conteúdos, além de direcionarem olhares. Assim, são capazes de invisibilizar ou promover demandas de grupos sociais distintos, especialmente do grupo racial negro. E ao observar que as grandes empresas jornalísticas - formada por grupos familiares detentores das concessões públicas de comunicação - fazem parte de uma classe dominante

(branca), é possível entender porque a imprensa brasileira reflete o racismo consolidado no país ao longo de décadas.

Mais do que um estudo que resgata historicamente, os anseios e a resistência desses grupos de comunicadores, este trabalho trouxe à tona as questões que envolvem a luta pela igualdade racial, apontou importância da comunicação no combate ao racismo que se desenvolve a partir de estereótipos e da invisibilidade do povo negro, além de inquietações fundamentadas na forma em que a imprensa coloca as relações raciais. O tema não está esgotado e pode ser revisitado em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Claudia Rosa e TRINDADE, Luiz Valério de Paula. **Análise de ausência de diversidade étnica nos telejornais brasileiros**. Revista INTERCOM, 2000.

ALMEIDA, Ednilson. **A notícia nacional: como o Jornal Nacional decide o que o telespectador assiste em casa**. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes da USP. São Paulo, 2001.

ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Senac, 2004.

BENTO, Maria Aparecida e CARONE, Iray. **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. Disponível em http://www.ceert.org.br/premio4/textos/branqueamento_e_branquitude_no_brasil.pdf

BERNARDINO, Joaze. **Ações Afirmativas: respostas às questões mais frequentes**. In: **O público e o privado** - Revista do PPG em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará – UECE, 2004.

_____; SANTOS, Sales Augusto dos e SILVÉRIO, Valter Roberto. **Relações Raciais em Perspectiva**. Revista Sociedade e Cultura da Universidade Federal de Goiás. Disponível em <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/download/9110/6269>.

CARRANÇA, Flávio; BORGES, Rosana. (Orgs.). **Espelho Infiel – O negro no jornalismo brasileiro**. São Paulo, 2004.

_____, **Mídia e racismo** / Petrópolis, RJ: ABPN, 2012.

CARNEIRO, Sueli e SANTOS, Tereza. **Mulher Negra**. São Paulo, Conselho Estadual da Condição Feminina/Nobel, 1985.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CAVALLI - SFORZA, Luigi Luca e CAVALLI - SFORZA, Francesco. **Quem Somos? História da Diversidade Humana**. 1998 In: **Relatório de Desenvolvimento Humano – Brasil 2005. Racismo, pobreza e violência**. Brasília, 2005.

COMAS, Juan. **Os mitos raciais**. In: UNESCO. Raça e Ciência I. São Paulo: Perspectiva. 1960.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos**. In: *DIMENSÕES*. Vol. 21 – 2008.

FERRARA Miriam N. **A imprensa negra paulistana: 1915 – 1963**. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

FREITAS, Jorge Roberto. **Imprensa Negra: a trajetória visível**. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Como trabalhar raça em sociologia**. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, 2003. Disponível em www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a08v29n1.

GOMES, Flávio dos Santos. **Experiências Atlânticas: Ensaio e pesquisas sobre a escravidão e abolição no Brasil**. Passo Fundo: Editora da UPF, 2003.

HALL, Stuart. **Da Diáspora – Identidades e Mediações Culturais**. Organização Liv Sovik. Tradução Adelaine La Guardia Resende. Belo horizonte: Editora UFMG, 2009.

LIMA, Maria Batista. **Identidade Étnico/Racial no Brasil: Uma reflexão Teórico-Metodológica**. In: Revista Fórum Identidades. Ano 2 Volume 3. 2008. Disponível em http://200.17.141.110/periodicos/revista_forum_identidades/revistas/ARQ_FORUM_IND_3/DOSSIE_FORUM_Pg_33_46.pdf.

LIMA, Alex Benjamin de. **Em tintas negras: narrativas da história nas páginas de A Voz da Raça (1933 – 1937)**. Artigo apresentado no IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba, 2009. Disponível em <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/alexbenjamim.pdf>

LUCA, Tania Regina de. **A grande imprensa na primeira metade do século XX**. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. História da imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008. Disponível em www.brasa.org/Documents/BRASA_IX/Tania-Luca.pdf

MEDINA, Cremilda. **Imprensa e racismo: espelho das contradições sociais**. In: *Espelho Infiel – O negro no jornalismo brasileiro*. São Paulo, 2004.

MOURA, C. A.; BARRETO, Jônatas Nunes Barreto. **A Fundação Cultural Palmares na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2002.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação- PENESB-RJ, em 05/11/03. Disponível em <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>

NOGUEIRA, João Carlos. **A discriminação racial no trabalho sob a perspectiva sindical**. In: MUNANGA, Kabengele. (org.) **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciências, 1996.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833 a 1899)**. Dissertação (mest) UNB, 2006.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano – Brasil 2005. Racismo, pobreza e violência**. Brasília, 2005.

ROSA, Isabel Cristina Clavelin da. **Racismo em pauta: a pluralidade confrontada no noticiário da Folha de S. Paulo na década de 2000**. Dissertação (mest) UNB, 2011.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço – técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora Hucitec.

SANTOS, José A. **Prisioneiros da história. Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional.** PUC-RS, 2011

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Retrato em branco e preto: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVA, Francisca Cordelia Oliveira da. **A Construção Social de Identidades Étnico Raciais.** Dissertação (mest) UnB, 2009.

SILVA, Jair Batista da. **Ação sindical e racismo: as centrais sindicais e a discriminação racial no Brasil.** Artigo apresentado no XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Paulo Vinícios. **Racismo discursivo na mídia brasileira.** In: VI Congreso Latinoamericano de Estudios del Discurso (ALED 2005). Disponível em http://www.neab.ufpr.br/Publicacoes/Racismo_discursivo_na_midia_brasileira.pdf.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SOVIK, Liv. **Aqui Ninguém é Branco.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.** Petrópolis: Vozes, 1995.

VAN DIJK, Teun A. **Racismo e discurso na América Latina.** São Paulo. Contexto, 2008.

ZUBARAN, Maria Angélica. **A produção da identidade afro-brasileira no pós-abolição: imprensa negra em Porto Alegre (1902-1910).** In: 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Florianópolis, 2007. Texto disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos3/maria%20angelica%20zubaran.pdf>.

Apêndices

As entrevistas foram realizadas com os membros da Cojira DF em setembro e novembro de 2013.

Entrevista 1

Kelly Quirino:

1. Como você se interessou em participar da Cojira DF?

Então, eu conheci a Cojira em 2006, quando eu estava terminando a graduação, por meio do livro “A representação no negro no jornalismo” que foi feito pela Cojira São Paulo. Mas enquanto atuação eu vou começar a atuar na Cojira quando eu chego aqui no DF, em 2011. Em outubro de 2011. Na Conferência de Igualdade Racial, em 2009, eu já havia conhecido a Juliana Nunes e o Sionei aqui em Brasília. Então quando eu cheguei aqui, além do meu trabalho, a Cojira é minha outra referência do DF. Naquele primeiro momento, foi muito mais essa questão de adaptação mesmo, de conhecer as pessoas. Eu comecei a trabalhar com essa questão racial desde 2004, na academia. A minha inserção na temática racial se deu primeiramente na academia, com trabalhos de faculdade. Quando foi em 2005 um dos meus professores levou o conselho de igualdade racial de Bauru para a sala de aula e aí eu me interessei e entrei na militância por meio do conselho, em Bauru. Comecei a militar por meio do conselho em 2005, depois fiz parte do conselho em 2007 e 2008. Aqui no DF, quando cheguei, a Cojira foi uma forma de continuar a minha militância, que se deu por meio da sociedade civil em Bauru e aqui está sendo por meio de um conselho de classe, pela categoria profissional de jornalistas. Então esse interesse que eu desenvolvo já tem nove

anos, a Cojira está sendo um espaço que tenho para militar por conta da minha condição de mulher negra, de viver num país racista, de ter toda uma questão de desigualdade racial no nosso país. Então isso é uma coisa que me mobiliza não só ideologicamente, mas também pela condição de ser mulher negra, isso me mobiliza politicamente para eu atuar. Eu acredito que para mim a Cojira está sendo esse espaço de atuação política em prol da igualdade racial.

2. Das atividades que você participou, quais foram mais significantes?

Em 2011 a gente não fez nada de significativo, que eu tenha participado. A minha atuação vai se dá melhor já no ano passado, que eu já ajudei no aniversário de cinco anos da Cojira. E mais efetivamente esse ano mesmo, que a gente já fez atividades no 13 de maio. Esse ano a gente já fez atividade na reforma do estatuto, da eleição do novo sindicato dos jornalistas, onde dois membros da Cojira estão na coordenação do sindicato e mais três que estão no conselho fiscal e conselho de ética. Estamos reformando nosso estatuto agora, a gente tá pensando nas atividades do dia 20 de novembro.

O estatuto é da própria Cojira?

Temos o estatuto do sindicato e agora estamos pensando em fechar uma espécie de código de ética da Cojira. A gente tá reformulando, porque não temos isso junto ao sindicato. Desde que a Cojira surgiu, temos um bom diálogo com o Sindicato. Nesses cinco anos sempre se estabeleceu esse bom diálogo. Mas ainda não estamos regimentalmente instituídos pelo sindicato. A gente é subordinado ao sindicato, porque a Cojira nasceu como um braço do sindicato mas, regimentalmente, isso ainda não está muito organizado.

Estamos reformulando isso. Mas não sentamos ainda para propor. Nosso objetivo como Cojira é isso: articulamos atividades para promoção da igualdade racial junto aos meios de comunicação e junto aos profissionais de comunicação. Então a gente trabalhou muito esse ano pensando na questão das cotas no serviço público, historicamente sei que Cojira também foi importante na questão das cotas nas universidades, denúncias de racismo, a gente procura sensibilizar os meios de comunicação para isso. Então nosso trabalho é muito mais de mobilização e articulação da imprensa e do jornalismo.

3. Como você vê a abordagem das questões raciais na imprensa atual?

Até com base no meu mestrado sobre a saúde da população negra nos jornais impressos, a temática racial ela aumentou nos últimos anos, mas é uma temática muito polarizada na questão política. Ou as pessoas são contra as ações afirmativas ou são a favor. Então o jornalismo tende a polarizar essa discussão em torno de ser a favor ou contra. Não se abre uma discussão plural e diversa no sentido de ser uma coisa, como a gente fala nas políticas públicas, interseccional, transversal. Não se pensa a questão numa pauta de comportamento pensando a questão racial, não se pensa uma pauta de saúde ou política pensando na questão racial. Não. Fecha-se em algumas coisas polêmicas, como cotas nas universidades, no serviço público, na publicidade, e fica se discutindo se é a favor ou contra. Acho que essa discussão polarizada prejudica a discussão plural. A discussão plural é: para além de se ir contra o mito da democracia racial, que há muito tempo a gente e eu acho que ainda em muitas coisas os nossos jornalistas batem nessa tecla de não ter racismo no

Brasil – precisa realmente ver isso de forma transversal. É pensar na questão étnica em várias outras editorias que não se consegue ir além porque as coisas ainda estão muito polarizadas no ser contra ou não a questão das ações afirmativas. E aí por ser dessa forma você tem uma invisibilidade dessas questões que poderiam ser muito melhor discutidas. Então você não tem uma pauta da saúde da população negra divulgada no jornalismo, como eu verifiquei. Agora é o meu objeto no doutorado a violência contra a população negra e não se pensa como esse jovem morto, está sendo morto pela polícia, pelos traficantes, pela exclusão social. Não se pensa a condição das mulheres negras enquanto domésticas, enquanto exploradas sexualmente, enquanto violência. É uma invisibilidade mesmo, infelizmente, se você comparar com outras décadas, houve em números o aumento de pautas, primeiro porque agora tem essa questão das ações afirmativas que estão em voga. Acho também que é pela questão do negro hoje ser visto como consumidor, então hoje você tem essa representação por conta do consumo e por conta da polêmica das políticas públicas, mas ainda sim não e de uma forma transversal, e uma coisa muito pontual. Acho que ainda é preciso avançar na formação do profissional de comunicação que ainda vê as minorias como minorias e não como portadores de direitos e deveres, e dos meios de comunicação que tem que parar de pensar numa lógica extremamente mercantil, sem respeito aos direitos humanos, sem respeito a diversidade e pluralidade. Uma coisa é o discurso, outra coisa é a prática. Analiso assim essa questão.

4. *Quais são as críticas ao grupo? O que pode ser rediscutido para o futuro?*

A Cojira basicamente é formada por comunicadores. E aí você tem profissionais de impresso, de rádio, fotografia, professores universitários de comunicação. São comunicadores, mas de diversas áreas da comunicação, jornalismo, publicidade, rádio. Além disso, tem a questão política. As pessoas que fazem parte da Cojira lutam em prol da igualdade racial, mas eles também tem seus posicionamentos políticos ideológicos. Então você tem gente do PT, do Psol, de partidos mais de centro esquerda, de direita, é muito heterogêneo. As vezes a gente se perde na questão política, mas mais que se perder na questão política, as vezes eu acho que a gente fica muito do discurso e esquece um pouco da prática. Assim, é um espaço de militância, então as pessoas tiram o tempo livre que elas tem. As vezes a Cojira acaba ficando em ultimo plano porque as pessoas trabalham, tem família, estudam, é muito complicado. Não é um espaço de ganhar o pão, o dinheiro. As pessoas estão ali por questões políticas e ideológicas. Aí muitas vezes a gente não tem gente suficiente para fazer as atividades, a gente não tem dinheiro, as vezes não tem nem espaço para fazer as reuniões. É bem delicada a nossa situação. Acho que o que a gente consegue fazer é pouco, mas ainda sim é muito porque é tudo na base da luta, da vontade. Internamente a gente tem muitos problemas. As vezes os embates políticos a gente resolve bem, mas se não tem um espaço para fazer reunião, dinheiro e tempo é complicado.

A gente tá pensando em trabalhar internamente a formação de algumas comissões, para que as pessoas fiquem responsáveis por algumas coisas, não ficar só na coordenação, ser uma coisa mais colegiada. Até para que a gente possa dividir tarefas e não onerar ninguém porque a forma como a gente tem levado acaba sobrecarregando a coordenação do grupo enquanto os outros

membros, por não terem uma atribuição fixa, ficam onerados. E em relação ao discurso ainda é muito forte a questão das políticas públicas, a gente percebeu que ainda é preciso avançar muito nessa questão do mercado de trabalho. Estamos trabalhando muito a questão do serviço público. Mas a gente também em percebido que não é só a questão das políticas públicas. Aqui no DF eu percebi que é muito comum essa questão das denúncias de racismo então é a gente tem que fazer um trabalho melhor nesse sentido. A gente ainda não pensou de que forma, mas a gente pensa em articular melhor a partir da realidade do DF. Mas estamos só pensando, ainda não engatinhamos.

Entrevista 2

Sionei Ricardo Leão

1. Como se deu a formação da Cojira DF?

Em 2006 eu tive a vontade de criar essa comissão, pensando em continuar na militância pela igualdade racial que comecei no Mato Grosso do Sul. Eu pensava que queria permanecer, mas de forma qualificada, focada, estando aqui em Brasília. Acho que o primeiro movimento foi de consultas esporádicas, ouvi pessoas. Conversei com o Ivair Alves dos Santos, que era do ministério de direitos humanos, conversei com ele e ele achou a ideia extraordinária. Me colocou para cima. Nesse caminho também foi importante uma conversa que tivemos eu, Flávio Carrança e Rosane Borges lá em São Paulo. Conversamos, eles passaram a experiência deles e depois de estar mais convicto, fui falar com o presidente do sindicato do jornalistas que era o Romário Schettino. Foi consulta-lo para ver a recepção, o que ele pensava a respeito. Ele também me

deu um retorno extraordinário, eu me lembro até hoje de ele dizer que já tinha passado da hora, deveria ter a muito tempo. Então os sinais sempre foram positivos. Feito isto, daquelas pessoas que eu conhecia e achava que tinha um pouco desse perfil, contactei. A primeira reunião foi com cinco pessoas. Lecino Filho, repórter fotográfico que hoje está na direção do sindicato, Iris Cary, Fausto José, ambos da EBC na época, e Raquel Quintiliano, que era assessora de imprensa de um órgão da Inglaterra. Naquela época as reuniões eram semanais e a cada semana eu me lembro da chegada de mais pessoas, por.

1. Como você se interessou em participar da Cojira DF?

Vim para Brasília, do Mato Grosso do Sul em 2003 para ser assessor de imprensa na SEPIR. Antes eu comecei minha militância do Mato Grosso do Sul, cheguei lá como militar do exercito de carreira e acabei conhecendo algumas pessoas e me envolvi na militância. Nesse momento eu abandonei a carreira de militar e coincidiu de eu estar terminando o curso de jornalismo na federal de Mato Grosso do Sul, comecei na PUC Campinas, mas terminei lá. E aí por conta desse envolvimento, tenho histórias de perseguições dentro da instituição militar, mas enfim, o que me fez mudar a rota: deixo de ser militar e vou ser jornalista. Nesse momento eu estou participando do grupo Tez (trabalhos e estudo Zumbi) que foi o grupo negro mais importante de lá, muito influente. Quando eu estava no grupo a minha militância era participar de tudo, de todas as discussões e isso foi muito rico para minha formação. Mais tarde, depois de algum tempo atuando na imprensa eu me elegi presidente do sindicato dos jornalistas do Mato Grosso do Sul. Então tinha toda essa trajetória que acaba me trazendo para cá, dei aula também, trabalhei em

jornais. Então eu fui me despertando que na verdade uma etapa que nós estamos ou estávamos é a questão do profissional e da segmentação. Ou seja, você levar os seus ideais sem deixar de ser um profissional competente e qualificado, sem deixar de levar as duas coisas juntas. Eu tinha Cojira como uma oportunidade de trilhar a militância dessa forma, sem deixar de fazer aquilo para o que foi formado, a profissão, o ganha pão. O pensamento era nesse sentido. Eu, particularmente, procuro não me envolver em vários temas da igualdade racial, acho que a gente acaba se diluindo e acaba sendo absorvido e hoje tem muita gente em várias áreas fazendo coisas importantes, despontado para vários temas. Estão enriquecendo o debate. Acho que é importante buscar uma área que você realmente possa contribuir, que possa se empoderar. Enfim, o meu caso é o jornalismo. A minha ideia sempre foi primar pelos projetos.

2. Das atividades que você participou, quais foram mais significantes?

Particpei de quase tudo. Alguns assuntos, como a questão das mulheres negras eu não posso atuar. Teve um projeto bem bacana que o André Ricardo e a Juliana estiveram mais à frente que foi quando o MEC fez uma chamada, abriu um debate sobre reformular os currículos dos cursos de jornalismo. Aí eles se juntaram e fizeram um texto, uma proposta que foi muito importante e nacional. Fizemos também um debate no jornal de Brasília, quando eu era repórter lá. O jornal tinha um espaço que chamava “Fórum de Brasília”, eles traziam especialistas para debater alguns temas e eu propus que algum desses fóruns fossem sobre igualdade racial. Tivemos duas edições. O caderno de pautas que elaboramos também foi bacana. O projeto era, em novembro,

enviar para as redações sugestões de pautas que saiam daquelas costumeiras. A gente começou o caderno com 15 ideias de pautas para as redações. Foi legal porque no ano retrasado houve um convite da rádio nacional para fazer um debate sobre isso, ou seja, causou um interesse. Participamos de muitas coisas assim, muitas intervenções, seminários, discussões. As conferências de igualdade racial da etapa distrital e também houve uma participação efetiva, eu não fui, mas os nossos membros participaram, na última conferência de comunicação. Também tivemos um projeto, nos primeiros anos, que se chamava “circuito universitário”, realizamos alguns seminários em algumas faculdades como Católica, Iesb, Ceub. Nunca fizemos na Unb, é um projeto que podemos retomar.

3. *Como você vê a abordagem das questões raciais na imprensa atual?*

Costumo dizer o seguinte, que o jornalismo serve para vigiar o poder. É uma das funções prioritárias. Você pode dizer tantas outras: a democratização, a função social. Mas o jornalismo quando começa lá na Revolução Francesa e se torna jornalismo mesmo, é aquele grupo que se descola do poder para vigiar o poder. Pelo que me parece, ainda hoje, a grande importância do jornalismo está nisso. Em quinze, vinte anos, tem mudado muito a percepção da redação em relação a questão da igualdade racial. Antes se falava da invisibilidade, nos anos 80, era o grande discurso dos militantes: nós temos a invisibilidade, nós não aparecemos. Se batia nessa tecla até porque o número de militantes era muito mais reduzido, as causas eram muito mais reduzidas. Mas se você pegar hoje, minhas fontes estão desatualizadas, mas você pode atualizar, se você percebe que tem cem universidades que tem reserva para negros, se você

percebe que no governo federal tem um pasta que trata as questões de igualdade racial, tem a Fundação Palmares que está aí desde o governo Sarney, tem uma política da saúde negra, com muita briga, no Ministério da Saúde, tem uma política no Ministério das Relações Exteriores desde o governo do Fernando Henrique, tem um política no Ministério da Reforma Agrária, veja quantas conquistas. É pouco, mas hoje a igualdade racial também é poder. E ao se tornar poder, no jogo democrático o que acontece? Como você reage ao poder? Por meio da imprensa, por meio do parlamento, por meio do judiciário. Podem discordar de mim, mas lá no parlamento, você talvez tenha acompanhado o debate para votar o estatuto da igualdade racial, a dificuldade que foi no debate político. Aquilo é democracia, concorde ou não com o Demóstenes Torres. No jogo dos contrários, o debate é no parlamento. Naquele momento a questão do estatuto foi vitoriosa, assim como quando aconteceu o debate da constitucionalidade das cotas. Nós saímos vencedores, mas também podíamos ter perdido. Isso faz parte da vida em democracia. A imprensa é outro espaço. Eu tenho um lado nessa discussão, não quer dizer que eu esteja concordando, mas é legítimo que aqueles que estejam se sentindo espantados ou ameaçados com essa questão da igualdade racial se manifestem. Isso é do jogo. Então a percepção que eu tenho, talvez de 2003 para cá, talvez com a questão das cotas na UnB e a SEPPIR, tenha havido uma reação de alguns segmentos, talvez mais conservadores e reacionários em relação a isso, à causa da igualdade racial. Isso deveria ser esperado, na verdade a gente acabou não fazendo na Cojira, mas eu gostaria de fazer, é que o nosso papel deveria ser de preparar a militância para o contra ataque. No jogo do poder não existe você ir avançando e as pessoas irem recuando.

Isso não existe em lugar nenhum. Um avanço tem sempre um embate. Já poderíamos ter nos preparados para isso. Então, podemos não gostar, mas quando a revista *Veja* fez aquela matéria com os gêmeos que um era cotista e o outro não, algumas matérias que questionam a legalidade quilombola. Eu vejo, talvez com um olhar da semiótica, é que os instrumentos da sociedade estão percebendo a importância da questão da igualdade racial, que na verdade tem vocação para ir muito mais além, muito mais. Ontem, por exemplo, o secretário executivo da SEPPIR estava colocando uma questão, que eu também já tinha percebido, mas de outra forma, que é a seguinte: hoje com as cotas, você reserva 10 por cento, vinte por cento, mas a população é cinquenta por cento. Como é que você vai fazer quando essa população começa a se interessar mesmo, perde a vergonha e começa a se inscrever para as cotas? É muita gente. Tem cursos que a nota de corte de cotas é maior que a do sistema tradicional. É preciso discutir isso. As ações afirmativas nos Estados Unidos da América têm seus méritos, mas é feito para doze por cento da população. Mas aqui é a maioria e esse debate virá. As questões afirmativas tem todo um embasamento sociológico, mas vão chegar ao esgotamento, é natural. Pelos perfis demográficos atuais, daqui há dez ou quinze anos os negros serão a maioria da população, mas as elites continuarão sendo brancas. Nós estamos passando por esse momento hoje. A ministra da igualdade racial colocou como tema dessa conferência, que não se pode falar em democracia, no caso brasileiro, sem falar na questão racial. Não se pode falar em desenvolvimento econômico, sem nos atermos a questão da desigualdade racial. Um exemplo claro disso aconteceu agora, com a chegada dos médicos cubanos. Não foi intenção de a presidente criar uma polêmica

sobre a questão racial, isso não estava planejado. Mas se você traz tantos médicos e boa parte desses médicos são negros, sem ser pensado se criou um embaraço. Então não se pode, no caso brasileiro, pensar uma política pública sem levar em consideração a questão racial que temos. E quando nós nos conscientizarmos disso, será um grande avanço. É subir mais um degrau na escada. A cada dez anos o movimento negro consegue subir um degrau e isso é muito interessante. Quando eu começo a militar nos anos 90, já está acabando essa coisa de se empenhar para mostrar para a sociedade que no Brasil existia racismo. Começou nesse ano essa questão de reparação. Entre a abolição e 2011 foram 113 anos para se ter a primeira ação de reparação para os negros, as cotas nas universidades. No entanto, em poucos anos muitas universidades aderiram, foi muito rápido. É uma conquista. E a reação da imprensa é de estranhamento e surpresa. Isso também muda os valores. Eu nem acho que é perversidade sempre. Agora está em debate essa questão das cotas na Câmara dos Deputados. Em princípio eu não vi com bons olhos. Mas tem a essência e a forma. E na essência ele é válido porque você instiga você questiona alerta que o número de negros no parlamento é uma sub-representação. Então é uma forma de você ir a esse ponto. Claro, que a forma como você mexe com essa sub-representação é outra discussão, mas na essência isso é importante.

4. Quais são as críticas ao grupo? O que pode ser rediscutido para o futuro?

Algumas coisas podem ser revistas mesmo. O primeiro ponto é esse: se fosse da minha vontade a gente daria mais peso aos projetos. Tenho feito essa pregação já de algum tempo. Nós identificamos num pequeno seminário, que

permanece certa desconfiança dos membros com a filiação ao sindicato. Isso é uma coisa que acho que a gente deveria superar, estamos conversando muito sobre isso. Até porque, por exemplo, hoje na direção do sindicato tem sete membros da Cojira. Várias pessoas. Não vejo razão para isso ser um bicho papão. Eu colocaria também um desafio, a questão de sermos militantes e membros. O militante tem uma forma de se comportar e o profissional, alguns que vejo que entraram lá estão nessa perspectiva: agora eu tenho algo e posso seguir na profissão lutando no grupo. Mas como você conjuga o militante e o profissional? São estilos. Acho que esse é um desafio, sobretudo da Cojira daqui. Os outros núcleos tem um grupo menor de pessoas e eles mesmos dizem que somos mais organizados, mais articulados porque tem mais pessoas. Enfim, é o que eu vejo. O nosso perfil não está pacificado. Todos esses perfis têm os seus valores. Mas como conjugar e andar junto? Não é um grupo que se reúne toda semana.

As reuniões são mensais. São 17 membros. A gente definiu que a cada dois anos se refaz a coordenação. Na primeira tinha cinco, depois passou para três e agora vão ser de novo. Estamos definindo isso agora. Também estamos nos reunindo para aprovar o nosso regimento interno. Eu creio que será a primeira que vai ter regimento interno. Nesse regimento, colocamos para superar essa questão da filiação, é que não será engessado que para participar da comissão a pessoa tem que ser sindicalizada. Mas para ser da coordenação tem que ser. Por um lado é uma forma de dinamizar, oxigenar o grupo, permitir que outras pessoas que não sejam filiadas participem das reuniões do grupo. É até uma porta de entrada para o sindicato. Mas é uma definição que está em andamento.

exemplo, eu me lembro da chegada da Jacira, Juliana Cezar Nunes, Roberto Rodrigues, Fernando Tarogo, o Ubirajara. Enfim, foi assim. Conversamos muito, as vezes foi até tenso em alguns momentos, como na decisão se deveria ser um núcleo de jornalistas negros ou deveria colocar igualdade racial. Quase um ano discutindo para lançar em agosto. A Ivone foi uma das primeiras pessoas que eu fiz contato. A princípio foi dessa forma.

Entrevista 3

Jacira Silva:

1. Como você se interessou em participar da Cojira DF?

Na época que eu fui presidenta do sindicato dos jornalistas do Distrito Federal, fui a primeira mulher e negra, nós terminamos o mandato e deixamos uma secretaria de gênero e raça no nosso sindicato, que foi aprovado na assembleia. Depois disso, outras diretorias que sucederam não tiveram condições de continuar com a secretaria. A gente já entendia, naquela época, 1995 e 1998, que precisávamos nos conhecer, saber quantos nós somos e como estamos, nós, profissionais de comunicação. Por entender como é essa profissão que escolhemos, nós, sendo profissionais negros e negras, teríamos que ter um desafio que seria maior, porque cursos que não são sua maioria frequentados por negros e negras. Nós negros não temos condições de frequentar esse curso de comunicação, e depois se tornar um profissional da área buscando tudo que você sonhou, que você idealizou, pensando em comunicação como instrumento de transformação, uma ferramenta de direitos humanos. É preciso lembrar que a informação é tudo, ela é o terceiro setor da

sociedade que pode intervir diretamente e de uma forma ética, trazendo uma mudança estruturante. Essa comunicação é tão poderosa, mas nós não estamos nela, nós não somos contemplados com a visibilidade, nem como usuário da comunicação e nem como produtor e produtora dessa comunicação.

Então a Cojira traz essa oportunidade de a gente se conhecer, de nos fortalecer, nos organizar, buscando uma política étnica racial para os bens de comunicação, para os veículos de comunicação, e também para o profissional negro e negra se sentirem responsáveis por uma comunicação que seja plural, transversal, intersetorial. Por isso eu escolho a Cojira.

Os debates dentro do grupo já começaram na definição do seu nome, que é comissão de jornalistas pela igualdade racial. Porque não comissão de profissionais negros e negras? Temos esse entendimento de que nós vamos promover essa igualdade racial, com uma postura contra as discriminações, sejam elas quais forem para a população negra. A Cojira começa com 2, 3 membros. O repórter fotográfico Lecino, junto com o Sionei, Juliana Nunes, mais umas duas pessoas que não estão mais em Brasília que pensaram em estar se organizando a nível de Distrito Federal.

5. Das atividades que você participou, quais foram mais significantes?

A Cojira não é presidencialista, ela é um colegiado, prima pela coordenação e três pessoas podem estar falando em nome dela, sendo porta voz. Pensando nas ações que considero que tiveram uma abrangência, cito a participação da Cojira no prêmio Abdias Nascimento. Esse prêmio é o maior promovido pela Cojira junto com o sindicato. Mais ações importantes na Cojira, no Distrito

Federal foram as Conferências da Promoção da Igualdade Racial, e a Conferência Nacional de Comunicação. Na última, nossa participação foi determinante porque estava nascendo o Estatuto da Igualdade Racial no mesmo ano. Na Conferência de Comunicação, conseguimos aprovar unanimemente, 15 propostas para uma comunicação étnica. Então o nosso processo na construção dessa Conferência Nacional de comunicação, foi importantíssimo, junto com o movimento negro unificado também no DF, onde nós trabalhamos desde a comissão organizadora, pensando no tema, pensando nos painéis.

Houve uma grande resistência, a grande dificuldade foi ali, pra você conhecer outros setores. Porque a conferencia de comunicação foi profissionais de comunicação na sociedade. Então pra você convencer a necessidade, a importantes de estar garantindo esse tema na conferencia. Terminou a conferencia, já tem quase três anos e precisa implementar essas propostas.

2. Como você vê a abordagem das questões raciais na imprensa atual?

Nós precisamos sair das páginas policiais. Precisamos de espaços igualitários, que dê voz a quem não tem voz. A comunicação precisa ser uma comunicação pública, uma comunicação do povo, uma comunicação que dê voz e que respeite as comunidades, a população negra, indígena, cigana. Essas populações historicamente discriminadas. Essa comunicação brasileira precisa tratar a questão racial como uma questão nacional, não de uma forma menor e nem de forma pejorativa. Precisa parar de usar as expressões racistas, machistas, que eram usadas como uma forma violenta nos nossos meios de comunicação. Claro que já reduziu consideravelmente. Não tem mais!

situação está preta, ou “câmbio negro”. Aos poucos e com tantos debates conseguimos tirar do lugar comum esse profissional preconceituoso que reproduz essas expressões machistas e racistas.

A partir do nosso empoderamento enquanto profissionais, sabemos o que é ser negro e negra nessa sociedade. Nos meios de comunicação são sete donos, sete famílias de brancas. Não são as famílias brancas as únicas responsáveis por esse racismo, mas elas perpetuam o preconceito. Temos hoje muitas entidades específicas da questão racial que trabalham com a comunicação. Já existem produtoras e agências de comunicação que são dirigidas por pessoas negras.

Esse padrão de sociedade brasileira que é vinculada principalmente nos meios de comunicação da imagem é horroroso. É preciso ter mais mulheres negras, homens negros profissionais. Que essa comunicação não venha me mutilar, não venha me violentar, me obrigar a conquistar os espaços só se eu estiver no padrão ocidental, mudando meu cabelo, minha pele, minha pronuncia. Então nós já avançamos um pouco.

A Cojira veio para contribuir no processo de conscientização desse profissional, negro e negra, que não pode estar ali somente como profissional, ele tem que ter o compromisso de dar a virada, de dar essa visibilidade e de exigir na redação pautas específicas da comunidade negra. Não só em novembro, não só em 13 de maio, mas que ela faça parte de uma pauta que tenha início meio e fim, que contribua para a mudança real do nosso país. Nosso país que tem mais de 54% de negros e negras. E onde estão eles? Se não está nessa comunicação, nesse jornalismo, onde que estamos nós?

Desde a pauta, desde a elaboração da matéria, desde o trabalho do repórter fotográfico, tudo isso ocultamente, de uma forma bem maquiada, traz esses traços, essas formas discriminatórias. A Cojira, aos poucos, nesses seis anos, tem dado essa visibilidade, tem participado do processo de formação, de divulgação, de entidade, de um grupo de pessoas capacitadas e que precisam por meio de projetos, por meio de ações e também para dentro do próprio Estado brasileiro, garantir essa nossa democracia racial de fato, a partir dos nossos meios de comunicação.

3. Quais são as críticas ao grupo? O que pode ser rediscutido para o futuro?

Uma coisa que a gente precisa fazer com que aconteça, é o encontro nacional das Cojiras, porque nós já temos Cojiras em sete estados importantes. Então a gente precisa viabilizar esse encontro nacional das Cojiras. No DF a Cojira teve um ganho no sentido de compromisso. Nós temos seis membros nessa atual diretoria do sindicato dos jornalistas. Quatro na área executiva, eu e o Sionei, e dois na comissão ética. Precisamos ser fiscais. Monitorar, acompanhar. Uma ação que considero que terá efeito seria visitar todas as redações, todos os editores, buscando sair desse papel secundário que é a questão racial nos meios de comunicação. Exigimos um conteúdo da programação que mantenha essa pluralidade. E essa pluralidade desde o apresentador do programa, ao seu conteúdo jornalístico. Que os meios de comunicação, TV, rádio, novas tecnologias, redes sociais, nos ajude a nos conhecer, a nos organizar. Que ela cumpra esse papel de uma forma plena. Que a Cojira também tenha como seus objetivos, capacitar nós profissionais de comunicação dessas novas tecnologias.

A Cojira é uma articulação, ela não é uma entidade instituída juridicamente, faz parte do sindicato, mas não diminui o seu poder de participação, a sua força perante aos outros setores da sociedade. Tivemos um trabalho muito importante já no central de trabalhadores, ACUT. Também outros setores de outros trabalhadores. Nos meios de comunicação precisamos da data base, no nosso acordo coletivo, tem cláusulas que já conseguimos manter, trazer para o acordo, precisa agora implementar.

A discussão lá agora é a participação de profissionais já formados ou não, outra exigência é ser sindicalizado. Eu como ex- presidente do sindicato sei a importância do movimento sindical. Então você que está saindo da universidade agora, do curso de comunicação, procure o sindicato. Não só para tirar a sua carteirinha, mas procure conhecer, procure colaborar. Mesmo que não seja diretor ou diretora, mas que você que veio da faculdade, você está vendo ainda o quanto nós somos minoritários nesse curso.

Então a Cojira precisa contribuir. Ir onde está esse aluno negro, onde está esse profissional negro. Já fizemos encontros, planejamento estratégico internamente e tiramos ações. Agora estamos desenvolver ações de curto, médio e longo prazo. A Cojira tem uma participação de mulheres extraordinária, a maioria são mulheres negras e que tem contribuído trazendo a questão de corte de gênero pra dentro da Cojira. A Cojira precisa também se organizar para ter um espaço fixo para reuniões. Ou melhor, a Cojira precisa se comunicar com ela mesma. Nós sabemos como fazer essa comunicação, mas como exige nosso dia a dia, você sabe que na nossa profissão precisamos ter mais de dois empregos.

A Cojira também está em um caminho muito importante de que ela está engajada em muitas outras lutas também, levando a importância dessa comunicação étnica. Eu faço um chamamento para você profissional de comunicação na área de imagem, revisão, texto, reportagem, assuma essa negritude, assuma a África dentro de você, para que você contribua, para que a comunicação seja nossa.

